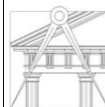




UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Arquipélago urbano

Qualificação de áreas urbanas críticas

O caso do Bairro S. João de Brito

Francisco Silva Dias Relvas Pires nº 6739

(Licenciado)

Projecto Final para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com Especialização em Urbanismo

Orientador científico: Professora Doutora Isabel Raposo

Lisboa, Março de 2014

Resumo

Faculdade de Arquitectura | Universidade de Lisboa

Título

Arquipélago urbano

Qualificação de áreas urbanas críticas: o caso do Bairro S. João de Brito

Nome

Francisco Silva Dias Relvas Pires nº 6739

Orientador científico

Professora Doutora Isabel Raposo

Documento para Mestrado em Arquitectura com Especialização em Urbanismo

O tema incide na qualificação de áreas urbanas críticas, originadas pela inadequação da oferta habitacional às camadas desprivilegiadas da sociedade, obrigadas a ocupar zonas periféricas e isoladas da cidade, resultando na sua inevitável marginalização. Como base para a intervenção, desenvolveu-se uma pesquisa sobre os princípios de intervenção urbana associados à cidade jardim, à cidade funcional e à cidade contemporânea, revisitando-se os novos princípios de urbanismo de *Ascher*. Apresentam-se também alguns casos de referência como inspiração para a intervenção no bairro escolhido.

O caso de estudo é a zona do Pote de Água e Bairro S. João de Brito, uma unidade urbana informal, desprovida de equipamentos ou espaços públicos qualificados, rodeada por importantes equipamentos, infra-estruturas e zonas residenciais de Lisboa, com as quais não tem relação.

Da análise realizada ao local, conclui-se que desde a sua infra-estruturação original, o bairro não beneficiou de melhoramentos, apesar de ser incluído em legislação própria para esse efeito, e apesar da propriedade municipal do solo e da servidão aeroportuária, a sua demolição nunca foi contemplada dada a dimensão da realocização da população. Assim, neste projecto, propõe-se a manutenção do bairro, qualificando-o ao abrigo de novos programas de orçamento participativo.

O projecto propõe intervenções a diferentes escalas e faseadas com vista à sua viabilização: numa primeira fase propõe-se melhorar a acessibilidade no interior e nos limites do bairro, qualificando os espaços públicos cuja manutenção será feita pelos habitantes, e numa segunda fase propõe-se a intervenção na área não residencial do bairro, implicando demolições e realocações, consolidando-o.

Palavras-Chave: Bairro São João de Brito, Marginalização, Manutenção, Qualificação, Viabilização.

Abstract

Faculdade de Arquitectura | Universidade de Lisboa

Title

Urban archipelago

Critical urban areas: the case of S. João de Brito neighborhood

The theme focuses on the qualification of critical urban areas, caused by the inadequacy of housing supply to the underprivileged sections of society, forced to take up peripheral and isolated areas of the city, resulting in its inevitable marginalization. As a basis for intervention, it was developed a research on the principles of urban intervention associated with the garden city, the functional city and contemporary city, revisiting the principles of new urbanism by Ascher. Also present are some case studies as inspiration for intervention in the chosen neighborhood.

The case study area is the Pote de Água and S. João de Brito neighborhood, an informal urban unit, lacking equipment or qualified public spaces, surrounded by major equipment, infrastructure and residential areas of the city, with which it has no connection.

From analysis of the site, it is concluded that since its original infra-structure, the neighborhood has not benefited from improvements, despite being included in legislation for this purpose, despite the municipal ownership of land and airport ruling; its demolition was never contemplated given the size of the relocation of the population. In this project, it is proposed to maintain the area qualifying it under the new programs of participatory budgeting.

The project proposes interventions at different scales and stages, in order of its viability. A first phase aims to improve the accessibility beyond and within the limits of the neighborhood, improving the public spaces, whose maintenance will be provided by the inhabitants, and the second stage is a proposal for intervention in the non-residential area of the neighborhood, implying demolitions and relocations, consolidating it.

Key-words: São João de Brito neighborhood, Marginalization, Maintenance, Qualification, Viability.

Índice de Conteúdos

| | |
|--|----|
| Introdução | 0 |
| 1. Da Cidade Jardim à cidade funcional e aos novos princípios do urbanismo | 4 |
| 1.1 <i>Ebenezer Howard</i> e as Cidades Jardim | 4 |
| 1.2 Dos <i>CIAM</i> à Carta de Atenas, e <i>Le Corbusier</i> | 9 |
| 1.3 Críticas à Cidade Moderna, e os novos princípios de urbanismo | 12 |
| 2. Casos de referência | 20 |
| 2.1 Bairro das terras do Lelo Martins | 20 |
| 2.2 Bairro do Fim do Mundo | 22 |
| 2.3 Cova do Vapor | 24 |
| 2.4 Bairro Prodac | 27 |
| 2.5 Alta de Lisboa | 30 |
| 3. Da análise ao diagnóstico, princípios e plano de acção para o Bairro São João de Brito | 34 |
| 3.1 Carência habitacional, génese do bairro e classificações municipais | 34 |
| 3.2 Análise da génese morfológica do lugar | 36 |
| 3.3 Instrumentos urbanísticos | 41 |
| 3.4 Morfologia urbana e tipologia do edificado | 43 |
| 3.5 Análise socio-demográfica | 49 |
| 3.6 Diagnóstico | 51 |
| 3.7 Princípios de intervenção | 54 |
| 3.8 Plano de acção | 55 |
| 4. Memória descritiva | 58 |
| Conclusão | 64 |
| Bibliografia geral | 68 |
| Anexos | 71 |

Índice de Imagens

| | |
|--|----|
| Imagem 1 – Diagrama da Cidade Jardim rodeada pelo cinturão agrícola, e 1 sector do centro urbano e suas características. Fonte: Howard, Ebenezer. Garden cities of To-Morrow. The MIT Press. Faber and Faber Ltd.. 1965. 10/11/2013..... | 5 |
| Imagem 2 - <i>Broadacre City</i> , perspectiva..... | 8 |
| Imagem 3 - Perspectiva da Cidade Industrial, 1. Zona Pública, 2. Residencial, 3. Barragem, 4. Industria. Fonte: http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/broadacre_city/frank_lloyd_wright_1958_the_living_city_6l.jpg | 9 |
| Imagem 4 - <i>Ville Radieuse</i> , perspectiva. Fonte: http://architectuul.com/architecture/ville-contemporaine , 10/1/2014..... | 12 |
| Imagem 5 - <i>Boston, North End</i> , ou <i>Little Italy</i> , caso recorrente de <i>Jacobs</i> . Fonte: http://beersandbeans.com/wp-content/uploads/2011/06/little-italy-boston-hdr-editedsmallerforbnb-1024x683.jpg | 14 |
| Imagem 6 – B. das Terras do Lelo Martins, visto da arriba fóssil. Fonte: www.ateliernob.com , 1/11/2013 | 20 |
| Imagem 7 – Imagem de satélite, Bairro do Fim do Mundo, limite a vermelho. Fonte: Google Earth, modificada pelo autor, 29/10/2013..... | 23 |
| Imagem 8 – Imagem de satélite, Cova do Vapor. Fonte: Google Earth, 9/11/2013..... | 25 |
| Imagem 9 – Recinto da Casa do Vapor. Fonte: http://www.casadovapor.org/wp-content/uploads/2013/08/casa_do_vapor_domus.jpg . 17/1/2014..... | 26 |
| Imagem 10 – Imagem de satélite, Bairro PRODAC, porção Norte a vermelho, porção Sul a azul. Fonte: Google Earth, modificada pelo autor, 24/12/2013..... | 28 |
| Imagem 11 – Imagem de satélite, Alta de Lisboa, limite a vermelho. Fonte: Bing Maps, modificada pelo autor. 28/12/2013..... | 30 |
| Imagem 12 – Alinhamento de 2 tipologias no novo Bairro das Calvanas. Fonte: http://www.viverlisboa.org/?p=374 . 17/1/2014 | 32 |
| Imagem 13 - Carta corográfica dos terrenos em volta de Lisboa. Séc. XIX. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL..... | 36 |
| Imagem 14 – Limite do caso de estudo a vermelho, com Est. da Portela ao centro, Qta. de Vilareal, Qta. do Correio Mor, Areeiro do Salreu e Qta. do Varatôjo. Lev. Silva Pinto, 1904-1911. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL | 37 |
| Imagem 15 - Casa da Qta. Correio Mor. Fonte: http://www.lisboasos.blogspot.pt/ . 19/10/2014 | 37 |

| | |
|---|----|
| Imagem 16 – Limite do caso de estudo a vermelho, Pote de Água, e Praça do Aeroporto. Carta de Lisboa, 1950 - 1955. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL. | 38 |
| Imagem 17 – Limite do caso de estudo a vermelho. Carta Militar, escala 1: 100 000, 1978. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL. | 38 |
| Imagem 18 - Limite do caso de estudo a vermelho. Carta Militar, 1993. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL..... | 39 |
| Imagem 19 – Limite do caso de estudo a vermelho. Imagem de satélite, 2001. Fonte: Google Earth. | 40 |
| Imagem 20 – Limite do caso de estudo a vermelho. Imagem de satélite, 2012. Fonte: Google Earth. | 40 |
| Imagem 21 – Áreas morfotipológicas. Imagem de satélite modificada pelo autor. Google Earth. 19/1/2014. | 41 |
| Imagem 22 – Foto tirada de avião em 1968, Bairro da Bela Vista e Bairro da Qta. Do Narigão ainda existentes. Fonte: http://biclaranja.blogs.sapo.pt/798925.html . 20/1/2014 | 42 |
| Imagem 23 – Planta de Qualificação do Espaço Urbano. Planta de ordenamento, PDML 2012. Fonte: ... | 43 |
| Imagem 24 – Horta oposta a habitação, de vedações precárias e no talude da 2ª Circular. Fonte: Autor. 12/12/2013..... | 44 |
| Imagem 25 – Horta em espaço devoluto contíguo a habitação. Fonte: Autor 7/8/2013 | 44 |
| Imagem 26 – Habitações isoladas, rodeadas por espaços devolutos Fonte: Autor. 12/12/2013 | 45 |
| Imagem 27 – Habitação informal, apoiada nas paredes de armazéns também precários. Fonte: Autor. 12/12/2013..... | 45 |
| Imagem 28 – Mapa temático, ocupação funcional, Fonte: Autor..... | 46 |
| Imagem 29 - Mapa temático, estado de conservação do edificado, Fonte: Autor | 47 |
| imagem 30 - Mapa temático, métodos construtivos, Fonte: Autor | 47 |
| Imagem 31 - Mapa temático, nº de pisos e uso da cobertura, Fonte: Autor | 48 |
| Imagem 32 - Mapa Síntese, Classificação arquitectónica, Fonte: Autor..... | 48 |
| Imagem 34 – Tabela com dados das Subsecções da Divisão Censitária. Fonte: Autor..... | 49 |
| Imagem 33 – Subsecções da Divisão Censitária, sobre cartografia de suporte, modificada pelo autor. Fonte: http://mapas.ine.pt/map.phtml . 22/1/2014..... | 50 |

Glossário de Acrónimos

ATL – Actividades de tempos livres.

AUGI – Áreas urbanas de génese ilegal.

BIP/ZIP – Programa de integração socio-espacial, intervindo em bairros de intervenção prioritária e zonas de intervenção prioritária.

CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna.

CML – Câmara Municipal de Lisboa.

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

MFA – Movimento das forças armadas.

PDM – Plano director municipal.

PER – Programa especial de realojamento.

PLH – Programa local de habitação.

PP – Plano de pormenor.

PRODAC – Associação de Produtividade de Auto Construção, instituição particular de solidariedade social, extinta em 1983.

PU – Plano de urbanização

SGAL – Sociedade gestora da Alta de Lisboa.

SWOT – Termo inglês aglomerando as 4 palavras: *Strengths*/Forças; *Weaknesses*/Fraquezas, *Opportunities*/Oportunidades e *Threats* /Ameaças; diagnóstico utilizado na metodologia do planeamento, de modo a salientar e contrapor características essenciais do objecto em estudo.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Isabel Raposo, verdadeira “bússola” (orientadora) no processo de desenvolvimento deste trabalho, sem a qual não seria possível chegar a este ponto.

Tenho a sublinhar a incrível dedicação, cuidado e disponibilidade, com a qual me presenteou.

Aos colegas, companheiros de intermináveis noites em branco, redigindo relatórios finais, ou desenhando alçados de rua que não aparentavam ter fim.

Aos meus pais, que nos seus conselhos vários encorajaram o bom término deste curso, face a qualquer adversidade.

À Inês, sem a qual nada faria sentido, nem teria sabor.

Introdução

A presente dissertação visa contribuir para o desenvolvimento de um projecto de bases realistas, apesar de académico, e subjacente a temas socio-espaciais complexos. A dissertação, mais do que ser meramente reflectiva, deverá permitir fabricar soluções específicas aos problemas abordados, o que requer uma metodologia de trabalho clara.

O caso de estudo

O caso de estudo no qual se desenvolverá este projecto incide no Bairro S. João de Brito, na freguesia de mesmo nome. Situado numa localização periférica da Lisboa oriental, de fluxos constantes de tráfego, automóvel e aéreo, o Bairro configura uma península delimitada pela via 2ª Circular e pela Avenida do Brasil, na proximidade com a pista de sentido Norte-Sul do Aeroporto da Portela. De características muito heterogéneas o Bairro inclui, a nascente, um aglomerado de habitações unifamiliares dispostas ao longo de arruamentos típicos de uma área urbana de génese ilegal, sendo que a poente se aglomera um conjunto de armazéns, pequenas indústrias e oficinas metalomecânicas, a par de habitações mais informais e de autoconstrução, num conjunto informal e espontâneo; a sul deste conjunto existe um talude inclinado na zona denominada de Pote de Água, antiga Quinta do Correio Mor, frente ao Bairro da Boa Esperança; e no extremo poente formou-se um pequeno aglomerado de habitações, entre um palacete em ruínas, da Quinta, dita, do Alto, e a 2ª Circular, ao longo do limite com o complexo do LNEC.

Problemática

Nos interstícios e limites da cidade convencional, formal e legal, estabelecem-se áreas marcadas por marginalização e exclusão socio-espacial. A resolução dessas áreas, ditas ilegais, clandestinas, ou informais requer um processo específico, desenvolvido e adaptado para cada uma.

Por vivermos presentemente um período de instabilidade financeira e política, torna-se mais relevante a realização de uma intervenção delicada, contextualizada na sua componente socio-espacial. Um empreendimento concebido para originar lucro para essas áreas seria por certo autorizado num período de crescimento económico.

Neste período conturbado, requerem particular atenção e despertam particular interesse as questões destas áreas marginais, existindo nelas um maior desafio à criatividade, e exigindo uma luta constante contra a adversidade.

No actual contexto, justificam-se medidas e programas de intervenção local, e/ou fundamentadas segundo uma metodologia participada (caso do orçamento participativo), que permitem viabilizar a sua execução.

Objectivo

Embora este projecto tenha em conta uma componente social, é um projecto de arquitectura, à escala urbana, cujo resultado final será a formalização de um processo conceptual. Visam-se resolver problemas de ordem urbanística e arquitectónica, paisagística e infra-estrutural. As ferramentas legais e orçamentais ao dispor ditam que a margem de manobra seja diminuta, evitando-se o que não seja estritamente necessário. Procurar-se-á uma situação de compromisso, que integre dimensões técnicas, sociais e artísticas.

Sendo limitada a liberdade de escolha conceptual, o objectivo final requer o recurso a uma ferramenta de intervenção urbanística, a par e passo com uma interpretação que, inspirada pelo local, contribua para a harmonização do arquipélago desconexo e isolado em estudo e dos que o habitam, no mar urbano que o envolve.

A ferramenta referida consistirá numa intervenção baseada quase exclusivamente na reabilitação e melhoramento das condições existentes, crendo existir nessa acção um factor de maior sustentabilidade da intervenção, não somente económico, ou mesmo ecológico, mas próprio de todo um processo que não descure das suas componentes sociais, integrando os residentes e tomando as suas necessidades e anseios em consideração.

Será da crença deste trabalho que de facto o melhor resultado possível face à resolução da problemática apenas poderia provir do aproveitamento das características inatas do bairro em questão, e que outro processo, envolvendo relocalizações em massa, para outros locais e condições; seria um erro lamentável, como se salientará aquando do estudo mais aprofundado dessas questões.

Questão Base

A questão de investigação é aqui formulada segundo as ponderações principais suscitadas pelo caso de estudo e subsequente projecto:

Como garantir que a solução proposta resulte na melhoria das condições actuais?

Metodologia

O primeiro passo para a compreensão da área em estudo, é o da visita ao local, e do levantamento das suas características, com anotações imediatas e levantamento fotográfico, para explicitação de problemas, bem como para possíveis fotomontagens, representando soluções.

Este primeiro reconhecimento do lugar permitiu desenhar o corpo teórico e o tipo de casos de referência a pesquisar que sirvam de suporte ao projecto a desenvolver. Com as conclusões retiradas da revisão da literatura modelou-se o pensamento crítico, da compreensão da problemática, nas suas diversas componentes, assim como o que actualmente se pensa, conclui, e age, relativamente aos temas propostos. Por outro lado, os casos de referência permitiram reflectir sobre o processo de resolução de problemas, com aplicação em áreas de características semelhantes às da intervenção em causa.

A aplicação da teoria à prática concretizou-se na análise do território em estudo, e num subsequente diagnóstico, *tipo SWOT*, que permite determinar, por um lado, as fraquezas e forças da zona, como por outro formalizar um plano de acção adequado, de modo a revitalizar a zona, por conta própria, integrando-a à sua envolvente.

Para a análise do território procedeu-se ao levantamento cartográfico, bem como dos planos em vigor para a zona, a um inquérito ao edificado e ao espaço público com base em fichas e a um levantamento pormenorizado do local. O preenchimento dos inquéritos permitiu a interacção com alguns moradores, que contribuíram com a partilha da sua vivência do local e dos seus problemas. Com base nesta informação, organizaram-se vários mapas temáticos que sintetizaram a informação relevante para as intervenções propostas.

Previamente ao desenvolvimento projectual formularam-se princípios de intervenção que regessem as suas implicações, divididos numa vertente relativa ao custo social, e outra à integridade conceptual. Depois formulou-se o plano de acção, onde se destacaram as intervenções prioritárias, seja por escala ou por faseamento.

Relativamente ao método aplicado ao desenho de soluções projectuais, o processo normativo da “cascata de planos”¹, apenas se refere aos elementos mais complexos da proposta, como zonas de protecção à envolvente de infra-estruturas, ou de património classificado, e restrições de servidão; no desenho de espaços públicos tem de se ter em conta a localização das infra-estruturas, e os propósitos iniciais, de carácter mais estratégico. O desenho da proposta trata o todo pelas partes, bem como o contrário, sempre em constante interacção.

O desenho segue os princípios delineados no plano de acção, tomando particular relevo o tratamento das intervenções ditas como prioritárias. São consideradas diferentes fases de implementação

¹ Expressão explicitada na análise, seguindo os diversos planos de ordenamento do território, suas normas e indicações, em ordem descendente, até que incidam na zona em questão.

da proposta possibilitando uma viabilização da sua concretização, suportada nos diversos programas ou entidades envolvidos.

1. Da Cidade Jardim à cidade funcional e aos novos princípios do urbanismo

Este capítulo desenvolve-se segundo três momentos relevantes para o estudo da questão base. No primeiro momento explana-se o conceito de Cidade Jardim, como uma das reacções marcantes às consequências da revolução industrial, explorando também as influências que o mesmo movimento deteve em gerações e teorias posteriores.

Num segundo período, aborda-se o advento do urbanismo moderno, e dos seus expoentes máximos, presentes nos CIAM, em *Le Corbusier*, e na Carta de Atenas, explorando as qualidades da cidade funcional, das suas precedências e influências futuras.

Por último, irá rever-se a crítica à cidade moderna, contrapondo as suas fragilidades à riqueza e complexidade da cidade tradicional, e apresentação daqueles que são os novos princípios do urbanismo.

Apesar de este capítulo partir do ponto em que se operam as reacções à cidade industrial, não descurou de alguma pesquisa anterior a esse período, pela sua relevância para a formação do pensamento crítico.

Uma possível comparação entre os arrabaldes extramuros, da Lisboa do séc. XII, de onde se contam a Judiaria, presente Alfama, e a Mouraria, pode ser feita em relação com as aglomerações periféricas informais das décadas de 60 e 70 do séc. XX, sendo que essas zonas desprivilegiadas e informais, durante séculos marginalizadas, são hoje foco de atracção turística, e habitação jovem.

1.1 Ebenezer Howard e as Cidades Jardim²

De entre outros humanitários, historiadores e projectistas, destaca-se aqui *Ebenezer Howard*, inglês repórter de profissão, que introduz o tema da sua experiência na sua única obra publicada, *Garden Cities of To-Morrow*, de 1902, referindo o quão deplorável era o fluxo de população a deslocar-se para

² Fontes:

Howard, Ebenezer. Garden cities of To-Morrow. Geral.

Jacobs, Jane. The Death and Life of Great American Cities. Introdução.

Choay, Françoise. L'urbanisme. Introdução, capítulo 5, L'urbanisme naturaliste, Ebenezer Howard e capítulo 8, Anthropolis. Patrick Geddes.

cidades já sobrelotadas, como Londres que compara a um tumor que alastra, ou um parasita que engole a força vital do meio rural. O autor perguntava-se, como seria possível integrar as indústrias no meio rural. Concluiu que nenhuma resolução poderia ser implementada, sem que fossem oferecidas maiores atrações do que as cidades ofereciam, e propõe-se criar uma alternativa, à urbana e à rural, que possuísse as qualidades dos dois meios: a beleza e salubridade, baixas rendas, abundância de sol e água do campo, adicionadas aos maiores salários, locais de entretenimento, boas infra-estruturas e interação social da cidade.

A Cidade Jardim, a alternativa desenvolvida, teria origem numa área agrícola, retida a crédito por empreendedores, que seriam os fiadores dos futuros habitantes da cidade jardim. Constituem objectivos base: Encontrar trabalho cujo salário proporcionasse uma superior qualidade de vida, um meio ambiente saudável, e empregos mais estáveis, para todo o tipo de profissão, sendo que os agricultores beneficiariam dos mercados próximos da sua produção, e de facilidade de deslocação pessoal e de produtos.

A Cidade Jardim, construída no centro de um terreno agrícola de 2 428ha, teria 404ha, ou 1/6 da área total, e planta circular, de 1134m de raio. O desenho sugestivo, indicava 6 alamedas com 40m de largura, dividindo a cidade em 6 sectores triangulares, convergindo no centro da cidade, num jardim de 2.2ha, fornecido de água, rodeado pelos principais edifícios públicos, câmara municipal, teatro, biblioteca, museu e hospital. O espaço sobranter seria um parque público de 58m de largura, incluindo áreas recreativas de fácil acesso a todos os habitantes, rodeado por um pavilhão de vidro, cuja função seria dividida entre mercado e jardim de inverno. A seguir ao parque central suceder-se-iam 5 avenidas concêntricas; a terceira com 140m, formaria um cinturão verde onde ficariam as escolas, e igrejas ou templos. A avenida dividiria a área habitacional num cinturão interior, e outro exterior, dispondo-se as habitações em anéis concêntricos, ou alinhadas com as alamedas e avenidas, todas elas arborizadas, num total de 5 500 lotes para edificação, com cerca de 6.6 por 42m de largura.

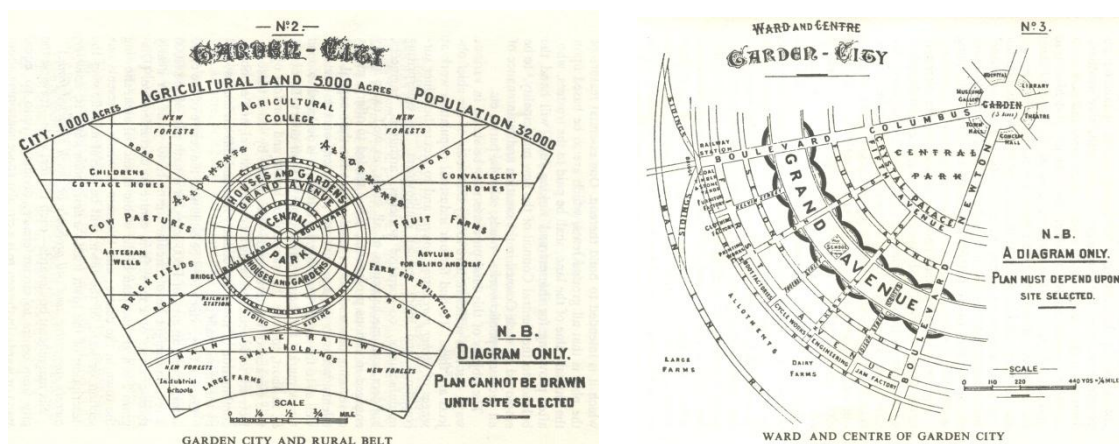


Imagem 1 – Diagrama da Cidade Jardim rodeada pelo cinturão agrícola, e 1 sector do centro urbano e suas características. Fonte: Howard, Ebenezer. Garden cities of To-Morrow. The MIT Press. Faber and Faber Ltd.. 1965. 10/11/2013

A população da cidade perfaria 30 000 habitantes, mais 2 000 que estariam dispersos nos terrenos agrícolas. No anel exterior da cidade funcionariam fábricas, armazéns, mercados e estaleiros, todos limítrofes à linha de caminho-de-ferro que rodearia a cidade, que estaria ligada às linhas nacionais mais próximas, proporcionando modo de carga e descarga dos bens para mercados exteriores à cidade, poupando deslocações, e o aumento de trânsito rodoviário pesado na cidade.

A receita pública da Cidade Jardim proviria das rendas e dos juros da compra dos terrenos, a pagar por todos os habitantes da municipalidade e permitiria construir e manter todas as obras municipais, bem como providenciar um excedente destinado a pensões ou seguros de invalidez e doença. As mais-valias, derivadas da transformação de terrenos agrícolas em terrenos urbanos de valor considerável, foram previstas de tal modo que após pago o capital inicial aos fiadores, e os juros derivados do mesmo, ficassem sob controlo do município, sendo um factor de atracção da Cidade Jardim, já que, se a renda viesse a subir, a receita derivada, propriedade do município, seria utilizada de modo a diminuir as taxas de imposto subsequentes.

O conceito de Cidade Jardim é considerado pelo autor como uma experiência social, nos aspectos que a definem como comunidade autónoma, de municipalidade desenvolvida, de bens, posses, e direitos comuns, ou da posse do solo e sua utilização, mediante uma diminuta contribuição. Tal como no comunismo, as estradas, parques, bibliotecas e museus eram comuns, mas na Cidade Jardim não seria negada a liberdade individual, ou proibidas as ambições pessoais, que seriam uma contribuição para a comunidade, compreendendo que os seus esforços, conscientemente unificados, conseguiriam produzir resultados mais satisfatórios que os mesmos indivíduos isolados.

Prevvia-se também o crescimento da Cidade Jardim. O diagrama inicial desenvolver-se-ia, com a adição de outras “cidades jardim”, culminando numa Cidade Central de 58 000 habitantes, de esquema e funcionamento semelhante, mas proporcionalmente maior, rodeada de cidades jardins menores, com a média de 32 000 habitantes; todas unidas entre si pela rede de caminhos-de-ferro periférica numa circunferência de 32 km de perímetro.

Howard imaginou o seu sonho à escala nacional, num cenário de êxodo urbano, por atracção das Cidades Jardins. Nas cidades implicadas, sem excesso de população, cairia o preço das rendas, o que resultaria em oferta de habitação para classes desprivilegiadas que nas cidades industriais viviam em bairros informais nos limítrofes da cidade, obrigados a pagar pela sua deslocação ao centro, desprovidos de confortos. Os bairros mais informais seriam assim demolidos, de modo a prover a cidade de parques e jardins, desafogando, embelezando, e provendo as anteriores cidades sufocadas de um mais alto nível de qualidade de vida.

A experiência de *Howard* é vista por vários autores como mais uma utopia social, apesar do próprio ter participado no processo de construção, de duas cidades jardim, com algumas mudanças à sua ideia original. A autora canadiana *Jane Jacobs* refere que como em todas as outras utopias cabe ao planeador a liberdade de escolha no processo de planeamento, restringindo-se o habitante comum à

resignação, já o americano *Natham Glazer* seria mais severo, ao considerar a proposta de Howard como um saudosismo reinterpretado da tipologia do feudo senhorial, sendo a habitação apalaçada substituída aqui pelo centro comunitário, com algumas indústrias escondidas atrás de uma linha de árvores, de modo a proporcionar emprego.

De facto as cidades de *Letchworth*, desenhada em 1904, por *Raymond Unwin*, e a posterior *Welwyn*, haviam sido comprometidas face ao sistema de posse cooperativa original, com rendas baixas a longo prazo. Os arquitectos contratados não partilhavam da mesma visão de simetria do autor, seguindo um desenho mais “orgânico”. Também as habitações não eram baratas o suficiente para a classe operária. Mesmo assim, os cinturões verdes foram efectuados, e os princípios urbanísticos seguidos, atraindo uma classe média especializada, e produtores ou fornecedores, atraídos pelas rendas baixas. Deste modo as duas cidades tornaram-se rentáveis dentro de uma década.

O contributo mais relevante do movimento das cidades jardim veio a ser confirmado, não só pelos seus empreendimentos, mais ou menos bem-sucedidos, mas nas subsequentes teorias, movimentos, autores e arquitectos que influenciou e inspirou. Inscrevem-se nesta categoria:

O Movimento Novas Cidades, *New Town Movement*, contextualizou temporal, e legislativamente as ideias de Howard. Tendo origem no grupo dos *New Townsmen*, liderado por *F.J. Osborn*, propôs a construção de 100 novas cidades, das quais 28 foram finalizadas. Um sucesso, dado o término da 1ª Guerra Mundial, e a necessidade de habitação que prevaleceu na escolha por subúrbios económicos e de boa construção, durando por 2 décadas. Só mais tarde se colocou a hipótese de novas cidades autónomas, capazes de descentralizar grandes áreas metropolitanas, e assegurar um sustentável local de indústria.

O escocês *Patrick Geddes*, aplicou os princípios da cidade jardim a largos territórios, como *Tel Aviv*, em 1925, gerando uma estratégia regional, e propôs a criação de conceitos como o das conurbações, designando as aglomerações urbanas que invadiam uma região pela influência atractiva de uma grande cidade. O seu contributo espelhava-se no seu empenho pelas causas sociais, observadas de perto, e na habilidade em transforma-las em soluções práticas para o desenho de cidades.

O historiador americano *Lewis Mumford* é influenciado por *Ebenezer* e *Geddes*, reinterpretando os conceitos, na repetição de baixa densidade construtiva e na predominância de espaços ajardinados, numa visão do futuro suburbano americano, defendida ao longo dos anos 1920's, conjuntamente com *Clarence Stein*, *Henry Wright*, e *Catherine Bauer*. Chamando-se a si mesmos os “descentristas”, do acto de descentralizar, ganharam relevo face ao governo americano, influenciando as suas políticas de planeamento urbano.

A par das influências do movimento das Cidades Jardim, mas inserido na modernidade, surge um novo modelo naturalista, com algum suporte utópico, que influenciou a visão de futuros pensadores e transformadores do espaço urbano, a *Broadacre City*, criação do arquitecto americano *Frank Lloyd Wright*, que, sob a forma de maquete, expôs a ideia deambulatoriamente pela nação. O conceito teve origem no livro *The Disappearing City* de 1932, tendo resultado nos princípios defendidos com *Broadacre*

City, opostos à cidade industrial, acusada de alienar o indivíduo, afirmando-se pelo contacto com a natureza enquanto modo de desenvolvimento da pessoa como totalidade, ao devolver o homem a si mesmo, pressupostos iniciados com as Cidades Jardim.

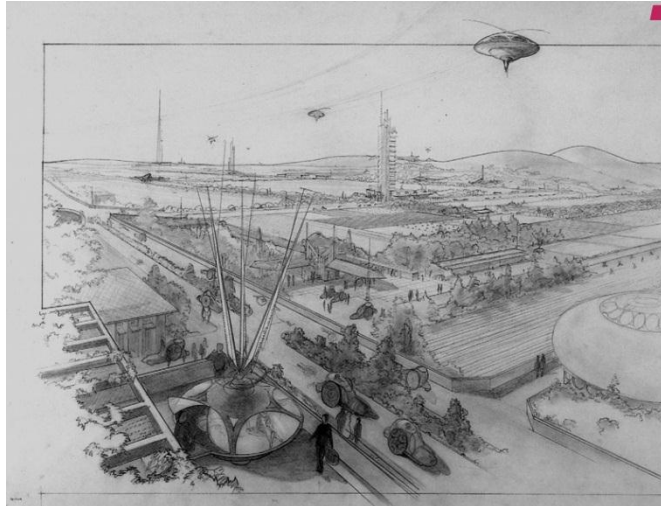


Imagem 2 - *Broadacre City*, perspectiva.

Wright defende nesta cidade o sentido não-político da democracia, onde cada um pode agir à sua vontade, contemplando o ideal do estado social democrático. A noção da cidade que desenvolveu dissolve a megalópolis, assim como a noção de cidade em geral. A natureza volta a ser um meio contínuo, no qual todas as funções urbanas estão dispersas e isoladas em unidades reduzidas. O alojamento é individual, não existindo apartamentos mas casas particulares, cada uma com pelo menos 4 acres, 4046 m² de terreno, que são utilizados para a agricultura, e lazeres diversos. O trabalho estaria perto do alojamento, sob forma de pequenos centros de escritórios, oficinas e laboratórios. As unidades industriais ou comerciais são reduzidas, destinadas a um mínimo de pessoas, e os centros hospitalares ou culturais estão ligados entre si por uma extensa rede de ligações terrenas e aéreas.

O espaço destinado a *Broadacre City* não é particularizado, a natureza deveria ser conservada com todos os seus acidentes, contribuindo para a unicidade dos edifícios. O melhor seguidor do modelo naturalista foi *Alvar Aalto*, que admite ter apenas sido bem-sucedido, em aglomerados de menor dimensão.

1.2 Dos CIAM à Carta de Atenas e Le Corbusier³

A cidade funcional referida neste capítulo é precedida pela visão do académico francês *Tony Garnier*, que sugeria um compromisso visionário, igualmente influenciador nas suas componentes sociais e formais, ao publicar em 1904-1918, *Une Cité Industrielle*, este antecipava além de reacção às consequências nefastas da revolução industrial, e êxodo rural, resoluções projectuais viáveis, depois aplicadas na cidade funcional, como a divisão de funções e linguagem formal.

A Cidade Industrial situava-se próxima da cidade de *Lyon*, em terreno declivoso e com presença de água de modo a proporcionar energia hidroeléctrica, bem como acessos fluviais. O plano consideraria os aspectos de uma cidade socialista, separada em diferentes zonas, cada uma com a sua função específica. As zonas, residenciais, industriais, públicas e agrícolas, estavam interligadas por acessos viários, pesados, ligeiros e pedonais. A zona pública, com edifícios governamentais, museus e estruturas de desporto e lazer, estavam dispostas ao longo do planalto de modo semelhante à acrópole helénica, sendo o restante da proposta da tradição das belas-artes.

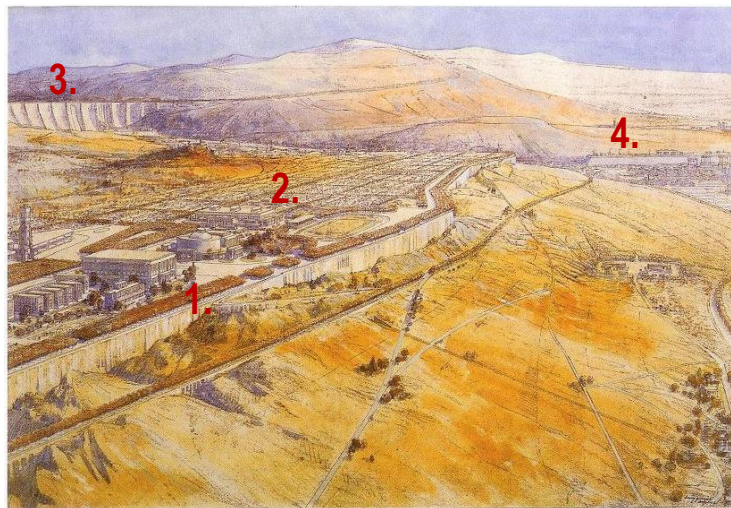


Imagem 3 - Perspectiva da Cidade Industrial, 1. Zona Pública, 2. Residencial, 3. Barragem, 4. Industria. Fonte: http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/broadacre_city/frank_lloyd_wright_1958_the_living_city_6l.jpg

A zona residencial estava disposta de modo a aproveitar melhor o sol e vista, teria tipologias de 1 e 2 pisos, aleatoriamente dispostas nos quarteirões, separadas por zonas ajardinadas e percursos pedonais, de maneira a que a dinâmica e diversidade quase chegavam a destruir a visão de um quarteirão contínuo, não fossem as habitações resultantes dos mesmos elementos pré-definidos,

³ Fontes:

Lamas, José. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Capítulos 4.2, 4.3 e 5.6

Jacobs, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. Introdução.

Choay, Françoise. *L'urbanisme*. Introdução, *L'urbanisme en question* e capítulo 4, *Le Corbusier*.

alinhados com as vias. Tal diferenciação e heterogeneidade eram inéditas a essa escala, podendo ter influenciado posteriormente *Wright* como sugere *Françoise Choay*. Também era inédita a experiência de disposição de habitações de todas as classes igualmente pelo tecido, uni, plurifamiliares, e colectivas também, diferenciadas somente pela sua área ocupada. O plano não previa prisões, verdadeiros hospitais, ou tribunais, sendo essa a componente utópica, na qual *Garnier* se suportava, para justificar a sua inutilidade, face à cidade socialista de 35 000 habitantes.

Posteriormente, dois eventos, o concurso para a Sociedade das Nações, de 1928, e a exposição de arquitectura de *Stuttgart*, 1929, vieram a permitir a comparação de métodos e objectivos com que muitos técnicos e especialistas trabalhavam, em diferentes países; nascendo então a ideia de criação de uma associação profissional, unificando os arquitectos que partilhavam os mesmos ideais modernos, formando assim os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, ou CIAM.

Nos seguintes 11 congressos, compararam-se experiências realizadas, aprofundando os problemas tratados e apresentando as soluções ao público. Existiam nos congressos, uma visão interna, apaixonada e por vezes contraditória, resultando na discussão dos intervenientes, na reflexão das suas tendências, sensibilidades e posições; e uma externa, para conhecimento público e divulgação dos ideais comuns, numa exposição clara, consensual, mas redutora. É sobre esta última vertente que se efectua o balanço dos CIAM, pois foram essas conclusões, recomendações, e textos produzidos, que viriam a influenciar a arquitectura e o urbanismo.

Os primeiros congressos concentraram-se na habitação, onde é exemplar *Walter Gropius*, relativamente às regras de implantação e afastamento de edifícios, e as relações entre altura e densidade habitacional. Os debates foram sendo ampliados sucessivamente no campo de estudo, até ao congresso de 1933, num cruzeiro ao largo de Atenas, onde se redigiu a carta de mesmo nome; que viria a influenciar o urbanismo por décadas posteriores.

Os princípios presentes na Carta vieram assumir os pressupostos de uma cidade moderna e funcionalista. Definiram as suas quatro funções principais como chaves do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear-se, e circular. Tais chaves ocupariam áreas específicas, sendo a residencial a que ocupava o lugar principal no urbanismo; enquanto a circulação deveria organizar a cidade existente, constituída por vias hierarquizadas, privilegiando a deslocação, sendo os percursos automóveis e pedonais separados. O defendido ia contra a cidade tradicional, e a sua promiscuidade funcional, bem como com a sua morfologia; sendo a rua e o quarteirão os elementos mais revistos. O abandono da rua tradicional visava atingir as características no edificado residencial, para o qual os arquitectos haviam investido tanta experimentação, devendo este estar orientado de modo sempre igual em relação ao sol. O quarteirão, como com o seu elemento constituinte, seria igualmente substituído, representando ganhos significativos de solo público.

A cidade antiga seria vista como “expressão de uma cultura anterior”, correspondente a um interesse geral. Sugerindo-se que não haveria motivo para conservação ou reabilitação de centros históricos, salvo pela presença de edifícios, isolados ou conjuntos, marcantes. As necessidades do

urbanismo moderno repercutiram-se politicamente, onde a disponibilidade do solo para fins públicos, viria em detrimento da propriedade privada. Assim a modernidade o exigia, com a sua morfologia a implicar a colectividade máxima dos seus habitantes. Com fim a deter propriedade, o loteamento é posto de lado, completando assim a ruptura com a urbanística tradicional, alterando a forma, e uso, da cidade.

A morfologia defendida na Carta irá influenciar o período pós-guerra de 1945, sendo incorrecto argumentar essa como a única razão dos malefícios das intervenções urbanísticas desse período. Não é possível que todas as propostas da Carta, tenham sido aceites ou realizadas, reconhecendo-se no entanto as suas mais repetidas consequências: as conclusões relativas a alojamento mínimo resultaram na redacção de regulamentos ou habitação social de má qualidade; a utilização das formas urbanas racionalizadas, de edifícios altos e espaçados resultou em conjuntos edificados sem vida ou identidade própria; a organização mono funcional, das zonas da cidade, provocou perda residencial em zonas centrais, retirando a vida e animação às mesmas, conferindo monotonia e problemas sociais nas zonas residenciais; a sistematização de movimentos pendulares da população, dada a distância residência-trabalho, originou extensos congestionamentos. Alguns, senão todos os problemas aqui descritos, vieram a manchar a reputação da mais fiel interpretação da Carta, Brasília.

A Carta de Atenas teve por seu maior defensor Charles Jeanneret, que acabou por ser o mesmo a redigir e publicar a versão final, 8 anos após inicialmente redigida no 4º CIAM. Alguns princípios da Carta já tinham sido introduzidos pelo arquitecto ao grupo, com a exposição dos seus mais conhecidos ensaios urbanísticos, a *Ville Contemporaine*, de 1922, o Plano *Voisin*, para Paris, de 1925, e a *Ville Radieuse*, de 1930.

Nos seus ensaios reconhecia-se a emergência do uso automóvel em massa, realizando desse modo todas as deslocações necessárias, remetendo o peão para as zonas de lazer, predominantemente verdes e de enquadramento ao edificado, e perfeitamente desligadas da rede viária. Os edifícios estariam dispostos em função do seu eixo heliotérmico, fazendo uso da sua altura, repetição de elementos constituintes, como reentrâncias e saliências na fachada, coberturas ajardinadas, ou de outro modo funcionais, e libertação da área de implantação no solo, mediante a utilização de pilotis.

O zonamento funcional era literalmente aplicado à generalidade do plano, e os edifícios habitacionais retinham apenas equipamentos elementares. No plano *Voisin* pode-se presenciar a inflexibilidade das regras aplicadas, existindo pouca relação ou continuidade com a restante cidade, sobrevivendo à resolução de: “planta rasa”, somente os monumentos, escolhidos criteriosamente pelas suas valências estéticas e culturais, e posteriormente deixados a repousar em parques ajardinados, privados de envolvente edificada.

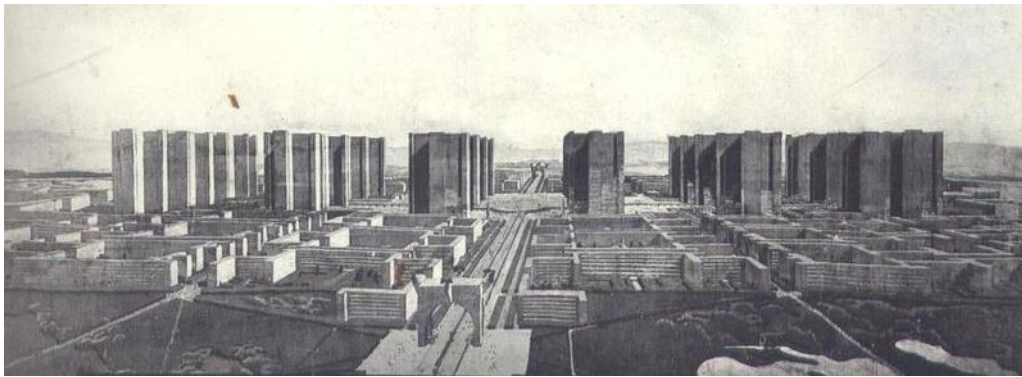


Imagem 4 - *Ville Radieuse*, perspectiva. Fonte: <http://architectuul.com/architecture/ville-contemporaine>, 10/1/2014

Por último, com uma densidade habitacional ideal, atingida aos 1.200 habitantes por 4 046m², possibilitando assim que 95% do solo permaneça livre, adiciona-se à utopia física a utopia social, onde a suposta liberdade conferida, era apenas relativa a responsabilidades ou pertenças, não havendo de resto liberdade para muito mais. No entanto, como refere Jane Jacobs, a simplicidade, e qualidade ordeira e racional do espaço, demoveu políticos e planeadores posteriores, aceitando planos ou projectos que detivessem essas qualidades, como algo que certamente faria parte de uma cidade eficaz.

1.3 Críticas à Cidade Moderna, e novos princípios de urbanismo⁴

Parte da reputação conferida a *Jane Jacobs* é derivada da sua obra, *A Morte e a Vida das Grandes Cidades Americanas*, de 1961, apresentando nela as suas críticas à cidade moderna, onde defende um modo de existência plenamente urbano, apologista da megalópolis em detrimento dos subúrbios e cidades provincianas. Apesar do seu modo de crítica apaixonado, as suas visões baseiam-se numa pesquisa sociológica profunda, inspirando uma nova corrente, pró-urbana, que veio provir de melhoramentos algumas grandes cidades americanas.

De entre as críticas e princípios, em defesa da cidade com via a proporcionar um melhor aproveitamento da mesma, destacam-se os seguintes:

Refere que é na segurança das ruas que constituirá parte da sua atracção pelos peões. Destaca três principais características, como a demarcação clara, entre espaço público e privado; ou a natural e

⁴ Fontes:

Choay, Françoise. *L'urbanisme. L'urbanisme en question* e Capítulo 8, *Anthropolis*, Jane Jacobs.

Jacobs, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. Geral.

Lamas, José. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Capítulo 6.2, *As críticas teóricas à cidade moderna*.

Ascher, François. *Novos princípios do urbanismo*. Geral.

permanente vigilância da rua pelos donos das propriedades contíguas, não devendo estes edifícios serem implantados longe, ou sem orientação face à mesma rua a que pertencem; por último os passeios devem ser contínuos, e não substituídos por outras tipologias de espaço público, mais fechadas ou exclusivas, promovendo assim a vida e actividade da rua.

A rua deveria de ter alguma atracção em si, consistindo em mais do que um corredor, preferenciando a presença de lojas, bares, restaurantes, e espaços públicos diferenciados. Também seria proveitoso que alguns se mantivessem abertos de noite, promovendo vida e actividade nocturna, conferindo segurança nesse período por norma inseguro. Esta actividade chamaria utilizadores do espaço, residentes ou não, para usarem as calçadas em que se situam, e atrairiam o tráfego para lugares que não possuem atractivos próprios, tornando assim a rua num local de passagem vivo. Em terceiro, os lojistas e proprietários de negócios, são os principais defensores da qualidade do espaço, tentando aprazer os seus clientes, e evitando assim o uso indevido da rua. Por último sugere-se que a própria actividade é um factor de atracção, chamando outras pessoas a percorrem um espaço vivido.

O factor de atracção, proveniente da presença de outras pessoas é menosprezado pelos urbanistas e arquitectos normalmente, persistindo estes na ideia de que a atracção numa cidade haveria de ser precisamente a contrária, a procura pelo vazio, o calmo e ordeiro. Tal é latente no facto dos técnicos naturalmente simplificarem os desejos do cidadão comum, desprezando a sua imprevisível multiplicidade.

Jacobs defende a persistência dos cidadãos urbanos ao deambularem e passar muito do seu tempo em lugares mais activos e colectivos, residindo nos contactos fortuitos e públicos, geralmente espontâneos, muito do que motiva o sentimento de personalidade colectiva, e clima de respeito e confiança cuja falta seria uma grave falha para a rua, mas que talvez felizmente, não pode ser institucionalizada.

Uma das qualidades apreciadas pela autora, é a dos assuntos individuais, ou familiares, serem somente do conhecimento de alguns mais próximos. Argumentando que nem a privacidade é mantida pela orientação de fachadas e vãos, nem o companheirismo e vizinhança é estabelecido pela proximidade física efectiva. Tal é da exclusiva competência dos habitantes, e das relações que estes, na sua mentalidade, vêem ser desejável, ou não.

Relativamente às crianças, tender-se-ia a mante-las longe da rua na cidade moderna, considerada inapta para as receber nas suas actividades ou educação, preferindo-se que as suas actividades no exterior, se relocalizem em parques urbanos ou de jogos, mais longínquos, onde ao menos teriam espaço e equipamentos apropriados. No entanto a autora refere o crescente caso de delinquência juvenil, presente nos ditos parques, derivando que tal acontece por estes estarem a agir sem conhecimento dos seus pais, e que, estando os primeiros na rua em frente de sua casa, poderiam ser mantidos sob vigilância, aumentando assim a sua protecção e educação operada na rua, onde se conseguiria fazer uso da sua vivência do espaço público, da cidade viva e das suas experiências, crendo a autora, que tal resultaria em pessoas mais sãs.

Jacobs é também crítica face à existência dos parques urbanos, remetendo-os para o abstracto desejo dos urbanistas, de prover os seus cidadãos com espaços de lazer. Referindo que os espaços bem-sucedidos na sua utilização, não são os impostos à cidade, segmentando esta, física e utilitariamente, mas sim aqueles que providenciam ainda mais actividades, em continuidade da cidade que os envolve.

Os parques e jardins, em continuação da ideia referida antes, poderiam constituir de facto mais um elemento de atracção de um bairro, somente se este bairro já detivesse em si algum poder de atracção, pois se tal não acontecesse, a realização de um parque apenas acentuaria o seu tédio, insegurança e vazio.

O zonamento é referido por *Jacobs* como um mal intencional, a ser evitado de futuro. Refere com essa ideia o caso de *Boston*, onde a saída das suas principais instituições de carácter artístico e cultural, do centro para uma localização mais periférica, resultou no eventual declínio da cidade enquanto entidade cultural, e que a falta de mistura nas funções primárias do seu centro e privação das suas funções nocturnas, relativas a entretenimento, em muito desfavoreceu a cidade no seu todo.



Imagem 5 - *Boston, North End*, ou *Little Italy*, caso recorrente de *Jacobs*. Fonte:

<http://beersandbeans.com/wp-content/uploads/2011/06/little-italy-boston-hdr-editedsmallerforbnb-1024x683.jpg>

A autora vê também nas cidades satélite, uma fraqueza inerente ao crescimento da área metropolitana em redor das mesmas, que eventualmente as envolverá, submergindo-as na economia complexa de uma entidade em tudo maior e mais complexa, que fará perder a sua unicidade e identidade. De semelhante mal padecem as cidades jardim, referindo que a natureza da vida e sociedade norte-americana é eminentemente urbana, não devendo tal ser alvo de vergonha ou repúdio, ao custo de toda a paisagem campestre nacional, num intuito suburbano que consome cerca de 1214 há por dia, na época contemporânea à autora.

A autora não vê o automóvel como uma ameaça à vida e funcionamento da cidade, antes o pensa como um elemento necessário à diversidade e utilização da cidade, que deveria ser equilibradamente proposto a par do peão.

Por último refere que a qualidade estética da cidade não deveria nunca de tentar vir a ser obtida em detrimento da sua vitalidade. Uma cidade não pode ser tratada do mesmo modo que um arquitecto trata um edifício, nem do modo como uma artista desenvolve a sua visão única, mas limitada, do mundo. Não reside aí a beleza da cidade, sendo que o único modo de a controlar, ou incrementar, será no aproveitamento da sua vitalidade e diversidade, que deveria de ser protegida e motivada, de modo a prevalecer sob qualquer outro intuito ou visão, individual ou colectivo.

François Ascher, na sua obra aclamada de 2008, os *Novos Princípios do Urbanismo*, considera a época actual, nas suas diversas vertentes relevantes ao urbanismo, denotando a evolução entretanto ocorrida: nas tecnologias, novos modos de agir e pensar, nas relações sociais, a mudança na própria escala e natureza dos desafios colectivos. Conclui ser necessária a qualificação de um novo momento no urbanismo, a que chama de neo-urbanismo, derivado dos momentos anteriores por ele igualmente classificados, do paleourbanismo, referente à génese da disciplina, e anterior ao seu estabelecimento, equiparável ao período que *Françoise Choay* chamou de pré-urbanismo, e do urbanismo propriamente dito, a que a anterior autora subdividiu nas suas correntes mais distintas.

O autor pondera uma actualização das categorias que estavam posteriormente no âmbito da concepção das cidades, apontando 10 desafios principais na procura pela optimização e melhoramento da cidade, tentando de seguida dar-lhes resposta:

1. A primeira questão visa a anterior definição do urbanismo moderno relativamente a programas a longo prazo para a cidade, desenvolvendo de seguida planos urbanos que receberiam as realidades futuras, reduzindo assim a incerteza na realização de um projecto de conjunto.

Neste ponto o neo-urbanismo seria reflexivo, adaptando-se a uma sociedade complexa, de futuro incerto, visando múltiplos projectos de natureza variada, esforçando-se por os tornar coerentes e delineando uma tramitação estratégica para a sua aplicação conjunta. Deveria de rever todo o processo face à inevitável mutação e evolução das suas diversas componentes, tendo um comportamento mais pragmático, estratégico, e oportunista, possibilitando avanços, recuos, bem como transposições de escalas e interesses.

O projecto seria mais do que uma peça gráfica e escrita, devendo comportar as novas dimensões projectuais, como os diversos actores envolvidos, circunstâncias e acontecimentos. O neo-urbanismo substituiria a anterior cronologia linear, própria do planeamento e gestão, por elementos projectuais apropriados à nova realidade, que fossem incrementais, ou recorrentes, e onde cada passo percorrido era derivado do anterior, alimentando a realização do próximo através de *feedback*.

2. O urbanismo moderno visava a realização dos seus projectos através de regras imperativas e estáveis, como o zonamento, cêrceas, ou densidades construtiva. Fixando de igual modo os objectivos e

a forma de os obter. O neo-urbanismo deveria privilegiar os objectivos, sem menosprezar a sua realização, encorajando os diversos actores a encontrarem as modalidades para a mesma. Para que tal acontecesse seria necessário uma mudança na formulação projectual e regulamentar, bem como um novo método de qualificar e quantificar as características de um dado local, o seu contexto, ambiente, disponibilidade de equipamentos e serviços. Esta necessidade cresceu devido às actuais exigências qualitativas, diversidade de territórios, e práticas urbanas.

Seria exigível deste urbanismo de desempenho, a produção de normas facilitadoras e restritivas, viabilizando a execução, sem menosprezar a sua realização especializada, que seria fruto de competências técnicas e profissionais muito mais elaboradas, do que as no activo.

3. O urbanismo moderno procurava melhorar o seu desempenho através de economias de escala, simplificando e repetindo funções urbanas, bem como pela sua afectação a espaços reservados, utilizando como ferramenta o zonamento, ou as grandes urbanizações.

No neo-urbanismo aspirasse a integração de novos modelos de produtividade e de gestão, fazendo uso de recentes tecnologias de informação e comunicação, sendo que a sua obtenção proveria mais da variedade, flexibilidade e reactividade, pondo de parte soluções únicas e mono funcionais, privilegiando as economias de variedade, mais do que as de escala.

O anterior ponto sugere uma maior variedade funcional nas cidades, potenciando multicentralidades servidas de uma rede de acessibilidade eficaz, que estabeleçam intermodalidade dos transportes, e dos locais onde tal seja viabilizado. Também a estas práticas no urbanismo se deveria de acrescentar a potencialidade das tecnologias da informação e comunicação, devido às múltiplas vertentes com que poderiam acrescer ao funcionamento de futuros projectos.

4. O urbanismo, mais uma vez moderno, dava maior destaque a soluções permanentes, colectivas, e contínuas, derivação natural da procura crescente por habitação, transporte, entre outros, que era correspondida por meio da produção em massa e repetitiva de serviços, minimizando assim os custos totais.

No neo-urbanismo os serviços deveriam contemplar o processo de individualização patente nas sociedades, sendo que à natural multiplicidade de necessidades deveria de corresponder uma maior variedade e personalização de soluções. Semelhante processo obriga o desenvolvimento de redes e sistemas técnicos complexos. Alguns serviços manter-se-iam ainda colectivos, sendo que na mobilidade por exemplo se deveria de providenciar cada vez mais opções possíveis, baseadas em informação disponibilizada a todos, em tempo real.

5. No urbanismo moderno a cidade conferia a responsabilidade dos seus espaços públicos, equipamentos, e infra-estruturas ao público, reservando as superestruturas ao privado.

No neo-urbanismo as intervenções na cidade, cada vez mais são derivadas de concessões, e parcerias público-privadas. Mesmo de um ponto de vista jurídico os estatutos são cada vez menos homogéneos e indiferenciados, contribuindo as novas tecnologias no fornecimento de serviços anteriormente sempre a cargo de entidades públicas, como no caso de abastecimento de água e

electricidade. Também as tecnologias de informação e comunicação transferem uma realidade física, estática, para uma outra virtual, flexível e actualmente por explorar, sendo desejável providenciar espaços sociais, e funcionais, que abordem esse novo modo de estar.

6. O urbanismo moderno visou a legitimidade das suas acções com via a dar resposta a interesses colectivos, considerados sempre como sendo superiores aos interesses individuais.

Tal não é necessário no neo-urbanismo, onde a nova sociedade capaz de uma representação virtual, assume uma multiplicidade de interesses incalculável, e inviabiliza os anteriores quadros que visavam propostas de interesse geral e comum, resultando em que o processo de tomada de decisões tenha de ser necessariamente co-produzido pelos seus intervenientes, conferindo-lhes um autêntico carácter de interesse geral. A participação ganha assim relevo, modificando a natureza da intervenção por parte dos peritos e profissionais. O neo-urbanismo privilegiaria assim, a negociação e os compromissos, relativos à aplicação de uma regra maioritária.

7. Foram os poderes públicos que aplicaram o urbanismo moderno, assegurando no processo a aplicação de leis e regulamentos, no âmbito de provir as necessidades gerais, essa administração baseava-se no controlo e proibição, a par da aplicação de soluções, tendendo necessariamente a negar as especificidades únicas da cidade.

Seria forçoso que o neo-urbanismo trabalhasse os problemas caso a caso, acabando por encontrar soluções específicas a cada situação, e na acumulação da sua experiência e técnica, não deveria resultar uma aplicação repetitiva de soluções encontradas, mas antes que adapta-se os seus conhecimentos a próximos problemas, de contexto diferente e incerto.

Seria preferida a regulação à administração, estipulando procedimentos para que outros actores que não os públicos, possam agir em seu próprio benefício, sendo assim modificada a acção dos primeiros, de modo a avaliarem e corrigirem, e no caso provável de correcção, de sancionarem as acções, tal necessita de uma revisão dos poderes públicos.

8. Mais uma vez o urbanismo moderno se esforçou por generalizar as suas ideias e ideais, neste caso relativamente à sua morfologia, bem como à arquitectura defendida, de ideologia funcionalista, operando por vezes em zonas amplas de território, perfazendo concepções globais da cidade, formalizando necessariamente uma noção de património, protegendo valores anteriores dessas mesmas operações.

Mais uma vez o neo-urbanismo apoiava-se na complexidade e multiplicidade natural da cidade, propondo uma ampla gama de ambientes e formas, arquitectónicos e urbanos. Providenciaria assim combinações variadas de qualidades urbanas, fazendo uso das tipologias mais vernaculares e tradicionais, a par das mais recentes experiências arquitectónicas. Procederia também a uma patrimonialização do edificado existente, utilizando as dinâmicas de mercado de modo a conservar a cidade histórica.

9. O urbanismo moderno desenvolveu-se com um funcionalismo bastante elementar, quer devido as suas escolhas funcionais, quer pelas formas que lhes deveriam dar resposta.

O neo-urbanismo desenvolveria uma abordagem funcional sensível, face à complexidade e variedade de práticas urbanas, correspondendo com as suas soluções do modo mais multifuncional o possível; confrontado com padrões de utilização mais exigentes, face à competição transversal de espaços de diferentes naturezas, deveria de evoluir na sua interpretação do espaço, oferecendo aos espaços exteriores qualidades e serviços que anteriormente apenas eram providenciados em espaços interiores.

Também deveria de trabalhar com todos os sentidos, afectados pelas possíveis intervenções, não somente com o olhar, tal opção não somente tornaria as cidades mais atraentes e confortáveis, como permitiriam uma superior inclusão social de pessoas que sofram de deficiências sensoriais.

10. O urbanismo moderno necessitou de modos de governo firmes, por vezes inflexíveis, capazes de imporem regras, e de as fazerem respeitar, mas que também influenciavam as mudanças comportamentais, de modo voluntário, tal sendo possível através do assentamento da autoridade em apoios sociais locais, como as escolas, igrejas ou comércio.

Já com o neo-urbanismo, o mesmo é confrontado com diversos grupos sociais diferenciados, equivalentes a territórios da cidade heterogéneos, de fortes componentes associativas. Deve apoiar-se em lógicas económicas privadas, diferindo em muito da maneira de agir pública, obriga também desse modo a novas formas de realização de decisões públicas, que permitam a consulta de habitantes e envolvidos, peritos variados a diferentes estágios da tomada de decisão.

O governo urbano seria assim substituído pelas associações urbanas na realização de decisões públicas. Tal obrigaria a mudanças na forma democrática de representação dos cidadãos, em crescente individualização, tornando todo o processo mais próximo e directo. Do contraponto gerado poderiam advir novas desigualdades sociais, agravando-se estas, sem que fosse adquirida a consciência de que estariam juntos numa situação ou decisão, no entanto o debate democrático com via a gerir a cidade poderia desenvolver um novo sentido de solidariedade reflexiva, transversal a todas as escalas.

Concluindo poder-se-á referir que o neo-urbanismo é: 1 - Um organizador de dispositivos, sendo que são os mesmos a elaborar, discutir e fazer evoluir os planos necessários. 2 - Reflexivo, sendo que os conhecimentos e informações precedem de facto toda e qualquer acção tomada. 3 - Cauteloso, abordando todas as questões, do modo mais equilibrado possível, com fim a resolver os problemas. 4 - Inclusivo, sendo que as decisões e elaboração de projectos resulta da intervenção de todos os actores envolvidos. 5 - Reactivo e incremental, ganhando força com as informações recebidas, e tomando decisões que as incluam. 6 - Capaz de corresponder à multiplicidade de variantes da sociedade, com soluções variadas, híbridas, diferenciadas. 7 - Por último, um urbanismo multissensorial, capaz de enriquecer uma urbanidade contemporânea.

A reter do anterior capítulo sublinham-se os esforços de humanitários, políticos, e artistas, despertados pelo cúmulo a que chega a condição humana na cidade industrial, e que ousam a sua mudança, formulando utopias, e abordando as questões sociais, relativas à sociedade urbana. Procede-se ao estudo das suas consequências, reaproveitando as suas qualidades mais promissoras, e à sua influência numa nova geração de pensadores e manipuladores do urbano.

As suas experiências e teorias ajudam a reflectir não apenas sobre os problemas a resolver, mas no modo como deveriam ser resolvidos. As questões analisadas são inquietantes, questionam a validade dos técnicos, da sua experiência, dos seus métodos, da formulação da disciplina do urbanismo em si. No entanto com a destruição dos nossos anteriores preconceitos, tornamo-nos mais aptos a resolver qualquer questão, e procurar a melhor solução que assegure a qualidade de vida das pessoas.

O novo urbanismo deveria assim ser, conclui-se, humilde, reflectivo, grato por aprender com os seus erros, com vista a perfazer o seu verdadeiro significado disciplinar.

2. Casos de referência

Nos seguintes casos de referência serão apresentadas situações, propostas, e intervenções de cariz semelhante com o problema base abordado nesta dissertação. Em alguns casos a comparação entre os mesmos será proporcional e directa, noutros não, de forma a contribuir com uma mais alargada visão da problemática, e servir de suporte às soluções para o projecto em estudo.

2.1 Bairro das terras do Lelo Martins⁵

Localização: Junta de Freguesia da Costa da Caparica, Conselho de Almada, Distrito de Setúbal

Regime de ocupação: Espontâneo informal, ilegal

Nº de habitantes aproximado: 400

Ocupação: 2000-2014



Imagem 6 – B. das Terras do Lelo Martins, visto da arriba fóssil. Fonte: www.ateliernob.com, 1/11/2013

Este caso encontra-se rodeado de terrenos agrícolas, pontuados por algumas construções autorizadas, situa-se entre a frente marítima densamente construída e a paisagem protegida da arriba

⁵ Fontes: Campos, Pedro & Moreira Paulo. Reportagem: “Noutra Costa da Caparica”. JA nº 247.

<http://www.ateliernob.pt/>

fóssil, formando um assentamento de formação espontânea composto por pequenas casas autoconstruídas.

A par do impasse jurídico que rodeia o Plano de Pormenor para a zona, adiciona-se a dimensão do processo de realojamento dos habitantes, caso por tal se optasse. Por outro lado os envolvidos expressam opiniões divergentes e hostilidade, pouco contribuindo em diálogo ou consenso. No campo do debate político o presidente da Junta de Freguesia denunciou o “autêntico flagelo” à Câmara Municipal, sublinhando que seria responsabilidade da mesma “resolver a situação”, e que as terras do Lelo são terrenos públicos, e reserva agrícola na zona de protecção da arriba fóssil. A Câmara Municipal refere apenas que fazem parte de um território vasto, abrangido no dito P.P. nº4, estando em causa uma nova estrada, que levou uma associação ambientalista a apresentar uma providência cautelar, também as Estradas de Portugal discordam do seu traçado, finalizando o embargo total da realização do PP4.

Outra entidade envolvida, não-governamental, é o movimento Fronteiras Urbanas, composto por sociólogos, arquitectos, artistas plásticos e moradores, da comunidade e zonas envolventes. O movimento trabalha directamente com a comunidade, apresentando alternativas para a sua consolidação social e urbana. A sua coordenadora refere que, para todos os efeitos, os proprietários dos terrenos são os habitantes que ali moram ao longo dos anos, procurando serem reconhecidos os seus direitos enquanto cidadãos, legitimando-os de forma socialmente justa e participada.

Numa visita do movimento F.U., constatou-se a falta de água canalizada, apesar dos campos agrícolas envolvente terem sistemas de irrigação, provindo antes de um chafariz a 500 metros de distância, sendo utilizada na cozinha, ou para higiene pessoal, e até na utilização de máquinas de lavar a roupa modificadas. Existe luz eléctrica e televisão por satélite, sujeitas a assinatura e pagamento. A população activa trabalhava na agricultura, limpeza doméstica, e construção civil, e os seus filhos frequentavam a escola. Levam as suas vidas normalmente, queixando-se somente da segregação por parte das autoridades e entidades oficiais, não obtendo resposta, às diversas vezes em que têm procurado colaboração para a melhoria das condições de habitabilidade das suas casas.

Entretanto proporcionou-se uma oportunidade sob o formato de uma experiência académica, envolvendo arquitectos, alunos, e a comunidade, na procura por propostas que gerassem o interesse e motivação da mesma, bem como a visibilidade do bairro.

Duas propostas eram de carácter performativo e actuação imediata: o grupo *Like architects* propôs uma instalação espelhada, metáfora referente à invisibilidade do bairro, usando o *workshop* como instrumento de transmissão de uma mensagem, sendo realizada na praça dos correios, ambicionando “puxar os residentes” para a Costa da Caparica. O outro grupo, derivado do *Ateliernob*, propôs a construção de uma mesa, onde se sentariam os actores envolvidos, num campo comum de mediação.

Outras propostas consideraram intervenções mais projectuais. O grupo coordenado pelo Atelier Base propôs um sistema de permutas de edifícios devolutos, como motor da reabilitação necessária, além de realojar os habitantes na proximidade, evitando desarticulações familiares que ocorrem nos processos de realojamento, propunha-se um sistema de financiamento de custos através de um “banco

de horas”, onde os habitantes poderiam prestar trabalhos à comunidade, custeando assim o seu realojamento.

O grupo coordenado por *Argot*, visava modificar o parque urbano previsto no PP4 e o seu processo de implantação, de modo a incorporar nesse investimento o realojamento dos habitantes. Apontava também que o seu parque urbano poderia ser composto por mais do que um relvado, possibilitando aos habitantes uma ocupação agrícola, o que já acontecia de modo informal.

O grupo coordenado por *Oto* seria mais abrangente, pensando as Terras do Lelo como mais um problema, relativamente a toda uma Costa da Caparica degradada e insustentável. Com horizonte para 2050, a Costa foi submetida a uma análise/proposta sectorial, visando resolver problemas ecológicos, ambientais, de mobilidade, etc. Foi proposta a requalificação da orla costeira, através dos pontões de mar e a consolidação da língua de areia, permitindo melhor acesso às águas, para a pesca e o turismo.

Por último, o grupo coordenado por Sérgio Silva e José Caldas, propôs a manutenção do bairro, já que parece ser a situação que perdurará, devido aos impasses jurídicos e financeiros. O processo de manutenção passaria pela melhoria de aspectos específicos das condições de vida da população, através de sistemas de construção próprios, concebidos pelo grupo.

2.2 Bairro do Fim do Mundo⁶

Localização: Junta de Freguesia de S. João do Estoril, Conselho de Cascais, Distrito de Lisboa

Regime de ocupação: Espontâneo informal, ilegal

Nº de habitantes aproximado: 278 agregados

Ocupação: 1970-2009

O seguinte caso de referência engloba a maioria das características problemáticas comuns a bairros de génese ilegal. A sua história envolve bastante controvérsia por parte dos poderes locais, e suas escolhas, adicionada ao decorrer natural de incidentes, de natureza criminosa, ou mesmo trágica. E que pela sua incidência grave e específica a um local em concreto, suscitou uma resolução sem precedentes ao nível de escala e programa, cujas consequências serão também discutidas.

O Bairro deveu o seu início ao aglomerado de pequenas casas autoconstruídas, que foi crescendo no Vale da Galiza, na freguesia de São João, chegando a haver perto de 500. Os habitantes

⁶ Fontes: Visita de estudo, proporcionada por uma arquitecta envolvida no Projecto do Centro Paroquial, 2010.

http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=624248. 18/11/2013.

<http://www.publico.pt/local/noticia/cascais-moradores-do-fim-do-mundo-fazem-vigilia-de-protesto-contrademolicoes>. 18/11/2013.

<http://www.publico.pt/local/noticia/cascais-demolidas-as-ultimas-barracas-do-bairro-do-fim-do-mundo>. 18/11/2013.

provinham da Guiné, de Cabo Verde, de Angola, sendo também de etnia cigana, e foram recenseados no Programa Especial de Realojamento da Câmara de Cascais, de 1993.

As condições de habitabilidade eram básicas, cingia-se a construção ao uso de tijolos, madeira e chapa de aço ondulada. Algumas habitações não tinham casa de banho, ou electricidade, infelizmente a principal característica do bairro, isolado no topo de uma colina, ao lado de um vale, longe de qualquer acesso de maior importância; potenciou os problemas de tráfico de droga e de violência, instalando a insegurança na zona em redor.



Imagem 7 – Imagem de satélite, Bairro do Fim do Mundo, limite a vermelho. Fonte: Google Earth, modificada pelo autor, 29/10/2013

O Bairro foi em conjunto com o Bairro das Marianas em Carcavelos, o centro do tráfico de droga no concelho, até ser construído o Bairro da Liberdade, de habitação social, do programa PER, bem como o seu principal acesso rodoviário, a passar pelo centro do antigo bairro, potenciando a dispersão e minimização dos problemas. Igualmente minimizada foi a área de habitações autoconstruídas, rodeada por sucessivos loteamentos de habitações unifamiliares convencionais, que com os bons acessos realizados se foram implantando cada vez mais perto, rodeando o último reduto do bairro, mantido apenas na vertente muito inclinada do Vale da Galiza.

Os últimos residentes, a maioria dos quais recenseados no PER, esperavam somente pelas chaves das suas novas casas para saírem do bairro, realojados em outros empreendimentos sociais dentro do município. Mas em Setembro de 2005 o programa demonstrou ter demorado demasiado tempo, tendo deflagrado um incêndio numa das habitações, onde morreu uma mãe solteira e os seus 5 filhos, 4 dos quais crianças, a má construção e fracos acessos dificultaram as operações dos bombeiros, que apenas chegaram a tempo de impedir que o fogo se alastrasse.

A “desactivação” do bairro havia sido iniciada em 2002, e o realojamento dessa família estava marcado para o final desse ano, tendo-se atrasado o processo devido ao tamanho do agregado familiar.

Durante anos, um segmento da população local em conjunto com as Irmãs Salesianas, intervieram voluntariamente no bairro, culminando os seus esforços com a viabilização de um novo

complexo paroquial, a construir no cimo da vertente onde se encontravam os derradeiros habitantes do B. do Fim do Mundo. A sua realocização demonstrou-se delicada, contando com consternações levantadas face à demolição das casas, a brevidade do aviso, seguida do corte do abastecimento de água, sem aviso, foram adicionadas aos problemas base da maior parte dos envolvidos, uns, inscritos no PER, teriam as chaves das suas novas habitações daí a algumas semanas, sendo que o município apenas os instalaria numa pensão durante uns dias. Outros pediram um adiamento da demolição da sua habitação somente até conseguirem encontrar um alojamento temporário, tendo-lhes sido negado. Por último existiam casos de homens isolados, cuja condição não era sequer abordada pela autarquia, pelo facto de serem “isolados” e viverem sozinhos, e que por isso não tinham direito a habitação social. Ao todo 26 pessoas não teriam nenhuma alternativa que não a de ficarem desalojadas.

Em 2010 o complexo paroquial foi inaugurado, sem qualquer vestígio do antigo bairro. O equipamento contava com uma igreja de 1200 lugares sentados; um auditório; um centro comunitário, com creche, jardim-de-infância, ATL, apoio domiciliário, centro de dia, lavandaria, e refeitório; bem como uma escola, do 1º e 2º ciclo, e estacionamento com 200 lugares. Esperava-se com este equipamento suprir as necessidades dos mais carenciados na freguesia, assim como abordar os problemas de ordem social ainda existentes no Bairro da Liberdade. No entanto as Irmãs Salesianas, voluntárias desde o início, referem ainda assim, existir uma apropriação do equipamento por pessoas não carenciadas, para os filhos das quais existe sempre uma mais fácil inscrição na creche, ATL, e escola.

2.3 Cova do Vapor⁷

Localização Junta de Freguesia da Costa da Caparica, Conselho de Almada, Distrito de Setúbal

Regime de ocupação: Espontâneo piscatório, e loteamento de génese ilegal

Nº de habitantes aproximado: 400, 200 de modo permanente

Ocupação: 1940-2014

No seguinte caso será abordada uma realidade próxima do caso de estudo, sendo no seu impasse jurídico, que reside o interesse, já que determinou que nenhuma autoridade fosse directamente responsável pelo aglomerado, nem os seus habitantes, resultando na inacção das mesmas perante todos os problemas encontrados pela população, que imposta a necessidade, se elevou à ocasião, resolvendo-os em união.

⁷ Fontes: Macedo, Filipe. *Out of the box*. A Arquitectura participativa de Filipe Balestra.

Gomes, Sérgio & Matos, Sónia. Reportagem do Público: Casa do Vapor, um dia a casa virá abaixo.

<https://www.facebook.com/pages/TISA-The-Informal-School-of-Architecture/210157099007196>

A Cova do Vapor surgiu nos anos 40 como comunidade piscatória, embora nos anos 30 fosse já um destino de veraneio/lazer, sendo que até aos anos 60, os cacilheiros faziam carreira a partir do Terreiro do Paço até à Cova do Vapor. Foi erguida pelos seus habitantes, exibindo características arquitectónicas únicas, baseadas na autoconstrução. Visto estar situada numa zona de grande erosão costeira, sempre registou recuos significativos na linha de costa, pelo que os moradores tiveram que deslocar e reconstruir as suas casas várias vezes. Algumas das casas originais foram rebocadas inteiras, por juntas de bois, desde a Praia do Sol até à sua presente localização, entre elas distinguem-se alguns casos de construção vernacular em madeira, pintadas com cores vivas.

Além do aglomerado original a norte da via principal, e em directa relação com uma baía de abrigo, onde se encontram ancoradas as embarcações de pesca, encontra-se a sul da mesma via um conjunto mais heterogéneo e informal, cuja construção foi iniciada após o 25 de Abril, sendo que quando a ocupação passou a estender-se até à mata envolvente, em cerca de 1975, o MFA veio a intervir, justificando o acto da demolição como modo de aplacar uma apropriação excessiva.



Imagem 8 – Imagem de satélite, Cova do Vapor. Fonte: Google Earth, 9/11/2013

O impasse jurídico único deste caso remete para a sua localização, sendo que a Camara Municipal não o abrangeu pelos processos de legalização das AUGI, pois encontra-se em domínio público marítimo, por sua vez as autoridades marítimas ao encontrarem-se perante uma situação urbana, de igual modo procedeu. Deste modo restou à comunidade resolver os seus próprios problemas, formando uma associação de moradores, que através de cotizações angariaram suficientes recursos para realizarem as infra-estruturas básicas em todo o bairro, desde o abastecimento de água, à rede de esgoto doméstico, e de electricidade.

Os problemas únicos deste aglomerado cativaram naturalmente a atenção de pessoas e entidades provenientes das mais diversas disciplinas. Referem-se dois diferentes grupos de jovens arquitectos, que puseram em marcha iniciativas de acção participada pela comunidade, cujos resultados foram de algum modo contributivos para a comunidade que os inspirou.

Assim o grupo *TISA (The informal school of architecture)*, formado pelo atelier *Urban Nouveau*, de Filipe Balestra e Sara Göransson, aliou as dificuldades sentidas pela comunidade, à impossibilidade de jovens recém-licenciados encontrarem estágios profissionalizantes nas suas áreas. Ao todo formaram um grupo qualificado de cerca de 50 estudantes, cuja tarefa foi delineada em protocolo com a Associação de Moradores da Cova do Vapor, de modo a realizar um levantamento físico e social da comunidade e depois propor estratégias que apoiassem o melhoramento da comunidade.

Um outro parâmetro previa que a escola motivasse uma reacção mediática, permitindo desbloquear o impasse jurídico que afectava a vida daquela população, pois se esperava com isso motivar a vontade política, quer da Câmara Municipal de Almada, quer das Autoridades Marítimas, de modo a legalizar por fim as habitações.

O levantamento utilizou, além das tradicionais peças gráficas, uma representação em maquete de cada habitação individual, posto que as peças gráficas possibilitariam a execução da maquete, e poderiam posteriormente ser utilizadas como bases para eventuais processos de legalização. A maquete seria relevante para o levantamento social, e diagnóstico de cada agregado familiar, já que era uma base de fácil compreensão para qualquer habitante, que assim adicionava as suas necessidades e problemas únicos ao processo da sua habitação.



Imagem 9 – Recinto da Casa do Vapor. Fonte: http://www.casadovapor.org/wp-content/uploads/2013/08/casa_do_vapor_domus.jpg. 17/1/2014

Enquanto esta tarefa era realizada, alunos de engenharia delineavam projectos referentes à rede de esgotos pluviais, bem como à pavimentação das vias, realizadas mais uma vez através de cotizações, viabilizando-se a sua construção, e em adição, alguma mão-de-obra local. O resultado do levantamento foi exibido á comunidade com uma maquete da Cova do Vapor de 5 por 6 metros. Também a

mediatização do projecto ganhou relevo, iniciando-se uma série de reportagens acerca do Bairro da Cova do Vapor em alguns importantes títulos da imprensa portuguesa, abrindo a porta a oportunidades, como reuniões entre a Câmara Municipal de Almada e a comissão de moradores, com vista à possível legalização do Bairro da Cova do Vapor.

Uma segunda intervenção foi realizada pelos *EXYZT*, grupo de artistas, embarcando neste caso num projecto de arquitectura experimental, construído de forma colaborativa, concebendo um espaço de jogos, onde hábitos culturais e histórias partilhadas pudessem conviver, juntando os diferentes elementos da comunidade numa rede social que é convidada a habitar esse espaço temporário, tendo sido permitida a sua construção, caso fosse construída em Abril, e demolida a Outubro de 2013.

O espaço em questão chamar-se-ia de Casa do Vapor, construída num terreno previamente vazio, que fazia as vezes de campo de jogos. Os materiais de construção provieram de uma outra intervenção do mesmo grupo, no âmbito da Capital Europeia da Cultura. Da mão-de-obra constavam membros da comunidade, e o seu programa tentava ser o mais flexível o possível, contando então com um espaço exterior repleto de jogos, e rampa de *skate*. No interior foi instalada uma cozinha, providenciando assim a possibilidade de refeições feitas em grupo, sendo servidas em zonas de mesas e bancos, bem como uma biblioteca; deste modo esperava-se abordar um espectro cultural variado, abrindo-se a todos como centro catalisador de ideias, e incubadora de projectos individuais ou colectivos, um dos quais uma oficina de bicicletas, onde trabalhava e ensinava, aos jovens interessados, um mecânico de bicicletas local.

A casa foi também tela experimental, e palco de eventos, tendo sido pintada, após alguma pesquisa, com motivos e cromatismos comuns da Cova do Vapor. Este equipamento demonstrou ser uma ferramenta motivacional da população, evidenciando também algumas das lacunas na vida cultural e social da comunidade, anteriores à sua realização

2.4 Bairro Prodac⁸

Localização: Junta de Freguesia de Marvila, Conselho de Lisboa, Distrito de Lisboa

Regime de ocupação: Cedência a título precário, loteamento municipal de habitações autoconstruídas

Nº de habitantes aproximado: 88 agregados familiares

Ocupação: 1971-2014

⁸ Fontes: <http://ateliermob.com/412669.html>

Programa BIP/ZIP Lisboa 2012 – Parcerias locais. *Ficha de projecto:035:PRODAC Norte em movimento*, Programa

O caso do bairro PRODAC Norte foi de referência obrigatória, pelos seus problemas e necessidades, físicos ou sociais, serem equiparáveis aos do B. S. João de Brito. Foi além disso, um dos candidatos ao programa BIP/ZIP, tendo sido aceite a proposta de legalização das suas habitações. Além de serem bem-sucedidos no processo de legalização, o grupo responsável pela legalização contribuiu também com a ajuda necessária para fazer melhorias no bairro.

O Bairro PRODAC fica localizado no Vale Fundão em Chelas, derivando o seu nome da Associação de Produtividade de Auto Construção, instituição particular de solidariedade social, extinta em 1983, à qual, a Câmara Municipal de Lisboa cedeu, em 1971, a título precário, um terreno para a construção de casas, em troca do pagamento de uma prestação anual, no âmbito de um programa cooperativo de auto construção, tendo sido a autarquia lisboeta quem acabou por pagar o mesmo empréstimo, processando a associação, entretanto extinta, sendo a partir de 1990, a CML a gerir o bairro.

O Bairro realojou os habitantes da Quinta das Claras e do Bairro Chinês, habitados por pessoas das Beiras, que tinham vindo para Lisboa à procura de melhores condições de vida, subsistindo a memória da Quinta do Vale Fundão, quando 40 anos antes, aconteceu o realojamento de grande parte da população, oriunda do Bairro Chinês.

O bairro trouxe a toda a população uma melhor qualidade de vida, uma vez que no antigo, não existia saneamento básico. No novo bairro foram edificados mais de 580 fogos, sendo os mesmos entregues aos futuros habitantes apenas com a estrutura básica, e a sua cobertura, restando a estes acabarem-nos mediante os conhecimentos que detinham, ou da ajuda que pediam.



Imagem 10 – Imagem de satélite, Bairro PRODAC, porção Norte a vermelho, porção Sul a azul. Fonte: Google Earth, modificada pelo autor, 24/12/2013

No decorrer das últimas décadas, os moradores procuraram obter o direito de propriedade das suas casas, mas essa titularidade revelou-se um problema jurídico complexo, após a falência da

PRODAC, e posto que era a CML a titular dos terrenos. Mas após um moroso processo, procedeu-se ao loteamento de 88 lotes, conseguindo a entrega final das escrituras de propriedade dos terrenos, tornando-se assim, no primeiro bairro a ver concluído este processo pioneiro de regularização legal da titularidade, que entretanto se estende a outros bairros.

Envolvido no processo esteve o *Ateliernob*, contratado pela associação de moradores no âmbito da candidatura BIP/ZIP, para executar os necessários levantamentos e procedimentos legais, começou por fazer as plantas de todas as casas, e todas as vistorias necessárias ao licenciamento de cada, relativamente a redes de água, gaz e electricidade.

Casa a casa legalizou-se o restante bairro, constatando que este era colorido e ajardinado, sendo motivados pelo modo como as casas e o espaço público se apresentavam cuidados, bem como pelo espírito de unidade, companheirismo e participação dos seus moradores.

O trabalho de campo mostrou ser necessário identificar e resolver, riscos à segurança ou problemas de habitabilidade das habitações, caso disso foi a exigência de demolição de alguns anexos, como eram constituídos por materiais, ou ocupando tal área, que foi considerada de risco, e desse modo obrigados a serem demolidos.

O atelier também visava contribuir para uma imagem positiva daqueles espaços, e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade, bem como implementar a noção de sustentabilidade. Um dos principais problemas identificados, eram as casas vazias/degradadas (índice 2,951).

O processo de licenciamento identificaria assim os fogos desabitados, averiguando se o abandono decorreu da falta de interesse dos moradores em manterem as suas casas; bem como a possibilitar a sua reocupação por descendentes dos construtores originais do bairro.

Além da candidatura ter ganho o financiamento máximo do programa, no total de 50 000€, possibilitando a legalização das habitações, a associação de moradores pôs em marcha outros projectos, elaborando uma lista de pequenas obras que consideravam prioritárias para o bairro, desenvolvidos e orçamentados com a ajuda do atelier, e apoio do programa BIP/ZIP.

Várias pequenas obras envolveram muros, guardas e escadas, e caso as verbas o permitirem, um espaço público de reunião. Tendo sido estabelecidas parcerias locais, e criado uma bolsa de trabalhadores do bairro, sendo que parte do financiamento é destinada à remuneração desses trabalhadores, sendo assim as obras realizadas pelos próprios moradores.

2.5 Alta de Lisboa⁹

Localização: Junta de Freguesia do Alto do Lumiar, Conselho de Lisboa, Distrito de Lisboa

Regime de ocupação: Cedências a título precário (lot. municipais e hab. autoconstruídas) e AUGI

Nº de habitantes aproximado: 12 000

Ocupação: 1960-2014



Imagem 11 – Imagem de satélite, Alta de Lisboa, limite a vermelho. Fonte: Bing Maps, modificada pelo autor.

28/12/2013

Este caso será de estudo proveitoso pois abordou problemas semelhantes, e está implantado numa zona muito próxima da do Bairro S. João de Brito. O Plano Urbano do Lumiar, tido por plano da Alta de Lisboa, agregou zonas devolutas e por consolidar, bem como procedeu à demolição de habitações informais/ilegais, e realocação dos seus habitantes em novos conjuntos edificados, integrados na restante intervenção urbanística, servidos de amplos espaços públicos, de uma boa rede viária, e de transportes públicos.

Um dos objectivos da Alta de Lisboa era o de reunir moradores de diferentes classes sociais para conviver em comunidade. Dos 22 000 habitantes actuais, 12 000 foram realojados dos anteriores bairros informais dispersos pelo território da Alta de Lisboa, em novas habitações de custo controlado, inseridas de modo semelhante a qualquer outro edifício do plano total. Alguns derradeiros habitantes do

⁹ Fontes: http://www.gebalis.pt/site/html/alta_centro.html

Lisboa – O Outro Bairro, n.º 4; CML / GEBALIS, Outubro, 2000

Lisboa – O Outro Bairro, n.º 2; CML / GEBALIS, Agosto, 2000

Presidência Do Conselho De Ministros Diário Da República, 27 de Outubro de 1998. Diário Da República N.º 248 I Série-B, Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, no município de Lisboa.

Bairro das Calvanas, mantiveram-se até 2009 nas suas casas originais da década de 70, enquanto não eram realojadas. Entre as zonas constituintes, contavam-se a Musgueira Norte, Musgueira Sul, Quinta Grande, Quinta do Levy, Rua do Arco do Carvalhão, Vale do Forno, Travessa do Pardal, Calvanas, Charneca e Cruz Vermelha, entre outras menores, ou mais difíceis de classificar.

No caso do Bairro da Musgueira Norte, este formou-se a partir de um núcleo junto ao Aeroporto, e da quinta de mesmo nome a partir de 1963, albergando um grupo de famílias, provenientes da Quinta do Narigão, na zona do Pote de Água, desalojadas devido a um aluimento de terras. Nesse ano foram inauguradas 21 casas de habitação social, individualizadas e construídas em alvenaria e tijolo, destinadas aos desalojados de um incêndio de barracas da Charneca do Lumiar.

Em 1964, as famílias desalojadas da zona da Av. de Ceuta, devido à construção da Ponte sobre o Tejo, foram instaladas na Quinta da Musgueira, entretanto adquirida pelo Município. De modo a alojar o número significativo de novos habitantes, a Câmara Municipal cedeu materiais de construção à população, para estes construírem as suas novas casas.

Mais tarde em 1965, um grupo de desalojados devido a um incêndio, neste caso proveniente das Amoreiras, instalou-se também na Quinta da Musgueira, sentindo dificuldades no convívio com os outros moradores, mas também na falta de condições básicas de saneamento e isolamento, que era aumentado pela falta de transportes, impossibilitando o uso de recursos hospitalares ou escolares, piorando os problemas de equilíbrio social já estabelecidos. Com a continuação na construção dos acessos à nova ponte, continuou a crescer o número de famílias desalojadas, cerca de 700, provenientes de Campolide e da Quinta Belmonte de Cima, o realojamento necessário de tão grande número de habitantes levou o Município a promover, com carácter provisório, a ocupação da Quinta da Musgueira.

Mais tarde, começou-se o processo de desalojamento coercivo do Casal Ventoso de Baixo, e da encosta poente de Alcântara, nele as famílias eram prevenidas pela polícia, com alguns dias de antecedência, de que teriam de proceder à demolição das suas casas, se quisessem reutilizar os materiais dessa casa, numa nova, noutro local. Caso tal fosse aceite, a CML fornecia algum material a mais, assegurando o transporte das pessoas e haveres para a Musgueira, onde lhes era indicado o novo local onde poderiam construir as suas novas casas. A estes processos, e movimentos, de grandes números, adicionam-se famílias isoladas de outras origens.

Em 1966 a CML proibiu a instalação de novos moradores, passando a cobrar uma taxa de ocupação, relativamente baixa, que variava pouco, e em casos nem era aplicada. Durante anos as características físicas e sociais da Musgueira concentravam muitos dos problemas típicos de zonas de mesma génese; entre as quais o consumo e tráfico de drogas, prostituição, analfabetismo, trabalho precário e baixo nível de escolaridade.

Refere-se aqui também a Musgueira Sul, cuja população era originalmente desalojada, devido a grandes operações urbanísticas, também era supostamente “temporária”, num local cedido pela Câmara Municipal, assim como cedidos foram, materiais de construção, destinados às suas novas habitações. Mais tarde em 1967, a mesma entidade construiu 931 pequenas casas de alvenaria, num pequeno bairro

em “espinha”. Ao longo de 30 anos os adiamentos no realojamento impulsionaram os habitantes a investir na sua vida colectiva, adaptando e transformando as suas condições originais. Por fim, em 1992 começaram os realojamentos, tendo sido entregues 149 fogos no Alto do Lumiar, integrados em urbanizações em torno da Quinta do Lambert, e do Parque Europa, que possibilitaram uma favorável inclusão social.

O Bairro das Calvanas teve início na década de 70, sendo os seus habitantes em muitos casos “retornados” das ex-colónias. Apesar da sua condição clandestina ou ilegal, o bairro tinha sido fornecido de todas as infra-estruturas disponíveis, água canalizada, rede de esgotos e electricidade, chegando os seus moradores a pagar contribuição autárquica. No início dos anos 80, os 300 moradores constituíram a Associação de Moradores do Bairro, que depois veio a acordar com a CML e SGAL a libertação dos terrenos para o projecto da Alta de Lisboa.

A realocização dos habitantes foi remetida para o extremo norte do projecto da Alta de Lisboa, em proximidade com o Forte da Ameixoeira, e o Eixo Norte-Sul, sendo construídas 3 tipologias diferentes de moradias unifamiliares, assim como um edifício de habitação colectiva em banda, de modo a alojar os anteriores habitantes. As casas resultaram num acordo que estipula o pagamento de 40% do custo total despendido pelos habitantes.



Imagem 12 – Alinhamento de 2 tipologias no novo Bairro das Calvanas. Fonte: <http://www.viverlisboa.org/?p=374>.

17/1/2014

O espaço público foi cuidado até certo ponto, dando origem a atravessamentos transversais do bairro, pedonais e ajardinados, assim como outros recantos e apontamentos de alguma diversidade e cuidado. Embora alguns equipamentos e estabelecimentos tenham sido previstos, e tenha sido iniciada a sua construção, a original multiplicidade funcional do antigo bairro não foi ainda reencontrada, perdendo-se essa característica inicial.

A reter do anterior capítulo, ficam algumas ideias originais, como: o custeamento das habitações através de um “banco de horas”; o compromisso entre a demolição do bairro e a inclusão dos habitantes com uma modificação ligeira do P.P. existente; o parque urbano de vertente produtiva agrícola; a originalidade na concepção de equipamentos, mesmo que temporários, motivando a comunidade em acção colectiva e em seu benefício; o trabalho conjunto com entidades exteriores, que encontram modos sustentáveis de melhorar as condições habitacionais dos bairros e habitações.

Por último sublinha-se a urgência na acção por parte das autoridades locais, sendo de aplaudir o esforço hercúleo por parte das associações e seus representantes em levar avante os projectos que visaram a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, como no caso das Calvanas ou B. PRODAC.

3. Da análise ao diagnóstico, princípios e plano de acção para o Bairro São João de Brito

3.1. Carência habitacional, génese do bairro e classificações municipais

Estimava-se no início da década de 1960 que a falta de alojamentos em Portugal rondava os 484 487 fogos, 150 000 dos quais nas áreas suburbanas do Porto e Lisboa. À mesma data no concelho de Lisboa inventariaram-se 10 900 barracas, crescendo esse número em 10 anos para 14 000.

A escala do problema ultrapassava a possibilidade de o ocultar, pelo poder vigente. A criação do Plano Intercalar de Fomento, 1965-67, foi o primeiro passo de uma visão que visava facilitar operações de expropriação, regular a iniciativa privada e a construção directa de 21 000 fogos.

Planos posteriores confirmaram o insucesso das primeiras medidas, mantendo-se e agravando-se a carência habitacional dada a natureza do regime, e o facto da produção habitacional total provir em 90% do sector privado, que privilegiava as obras públicas, turísticas e imobiliárias de alto e médio rendimento. Face à incapacidade de enquadrar a população desprivilegiada, que não conseguia atingir os níveis praticados pela oferta privada algumas pessoas compravam parcelas de solo não-urbanizável, nalguns casos loteavam-nas clandestinamente, dotando-as de esparso equipamento, vendendo “lotes” e construindo habitações que revendiam ou construindo para alugar. Grande parte da periferia urbana foi assim constituída, configurando-se bairros clandestinos ou bairros de lata, quando não havia compra de solo e os materiais de construção eram mais precários (Raposo 2010 e 2012).

Aquando do 25 de Abril, a carência habitacional nacional ronda já os 600 000 fogos, 25% da população estava alojada em edifícios degradados, sobrelotados, ou barracas, e do total nacional de 2 500 000 de fogos, 52% não tinha abastecimento de água, 53% não possuía energia eléctrica, 60% não possuía rede de esgotos, e 67% não dispunha de instalações sanitárias. É neste contexto que surge o Programa Nacional apoiado pelas Câmaras Municipais, Serviço Ambulatório de Apoio Local, enquanto corpo técnico especializado, experimentando soluções em face das graves carências habitacionais, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo.

Esta experiência dispôs pela primeira vez, o aparelho do Estado, os moradores de bairros degradados, e os técnicos, frente a frente, levando a cabo e ao longo de mais de dois anos, o que poderá ter sido uma das mais ricas experiências conhecidas no campo da habitação social.

A periferia da cidade de Lisboa, continuou posteriormente a ser ocupada por aglomerações informais, ilegais ou clandestinas. Os seus habitantes provinham do campo, em procura de trabalho e melhores condições de vida, outros eram imigrantes ou retornados das ex-colónias.

Alguns destes aglomerados foram demolidos e os seus habitantes realojados, não necessariamente a fim de viverem em melhores condições, mas porque era do “interesse público”, que não estivessem ali. Refere-se neste ponto as realocações face à construção da Ponte Sobre o Tejo, para o Alto do Lumiar, ou das demolições do Martim Moniz, realocizados em parte para as habitações de renda baixa, dentro das células do Bairro de Alvalade, ou devido à desactivação do Casal Ventoso, a realocação ao longo da Av. de Ceuta e também em parte no Alto do Lumiar.

As modalidades de habitação informal são difíceis de enquadrar. Uma situação de compromisso, como o que caracteriza o bairro em estudo, é o de loteamento municipal, em que o município é detentor dos terrenos, possibilitando a construção das habitações. Por vezes a construção era providenciada por cooperativas de moradores, ou entregue com estrutura e infra-estrutura básica, pelo município ou empresas de construção, prosseguindo cada habitante com as obras, permanecendo em “regime de cedência precária”. Existiam variantes em que eram pagas rendas pelos habitantes. No caso em estudo, além de providenciadas todas as infra-estruturas base pelo município foi requerido aos habitantes que pagassem contribuição autárquica, ou rendas pela utilização de espaços devolutos com fim a produzirem produtos hortícolas.

Este loteamento municipal em estudo situa-se entre uma zona informal e precária votada a ser demolida, e outra preparada para ser reconvertida e legalizada. O bairro sobreviveu ao Decreto-Lei de 1971 que decretava a expropriação de edifícios que não assegurassem condições mínimas de segurança e habitabilidade. Após a publicação em 1995 do regime excepcional para a reconversão urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, o bairro foi classificado como AUGI. O prazo de vigência foi prolongado até 31 de Dezembro de 2013.

O território do bairro faz todavia parte da área de servidão do Aeroporto da Portela. Mais recentemente, o Bairro foi classificado como um Bairro de Intervenção Prioritária, no quadro do programa BIP/ZIP lançado pelo Programa Local de Habitação, que visa abordar bairros, e zonas de intervenção prioritária, a fim de combater o agravamento da fractura socio-territorial em Lisboa. Os projectos BIP/ZIP incluem todos os actores envolvidos com o local, viabilizando respostas a situações de emergência social e urbanística, constituindo uma mais-valia para o bem-estar de toda a comunidade.

A concepção de um projecto BIP/ZIP integra formas de actuação expeditas e participadas, que incluem o apoio técnico transversal dos serviços municipais envolvidos, a intervenção das juntas de freguesia e a participação das associações de moradores, colectividades, organizações não-governamentais e movimentos de cidadãos que tenham actuação expressiva nos bairros e zonas em causa.

O programa dos BIP/ZIP foi dotado pela CML de um orçamento anual de 1 milhão de euros, a repartir entre os vários projectos aprovados, sendo que cada candidatura não poderia exceder 50 000€, mas permitindo a adição de outras verbas, provenientes de outras entidades, a fim de garantir o envolvimento de todos os interessados. O PLH de Lisboa inclui, para além do BIPZIP, o programa de Acupunctura Urbana, destinado a financiar pequenas intervenções de melhoria das condições de

habitabilidade em fogos privados cujos moradores tenham carências económicas, visando garantir mínimos de conforto sanitário, acessibilidade de idosos e deficientes, conforto térmico e eficiência energética. Este programa aceita candidaturas, apresentadas pelas juntas de freguesia, indicando o número de fogos em que se propõem intervir, com um valor médio de 2.550€ por fogo.

3.2 Análise da génese morfológica do lugar

Dadas as qualidades heterogéneas únicas do bairro é apresentada de seguida a análise da génese dos seus elementos morfológicos constituintes principais a partir da leitura das cartas disponíveis.

Estrada da Portela

A Estrada da Portela constitui hoje o acesso principal de entrada e saída no Bairro S. João de Brito, sendo outrora a Estrada de Sacavém, de relevo equiparável à Calçada de Carriche ou Estrada de Benfica, eixos radiais de Lisboa.

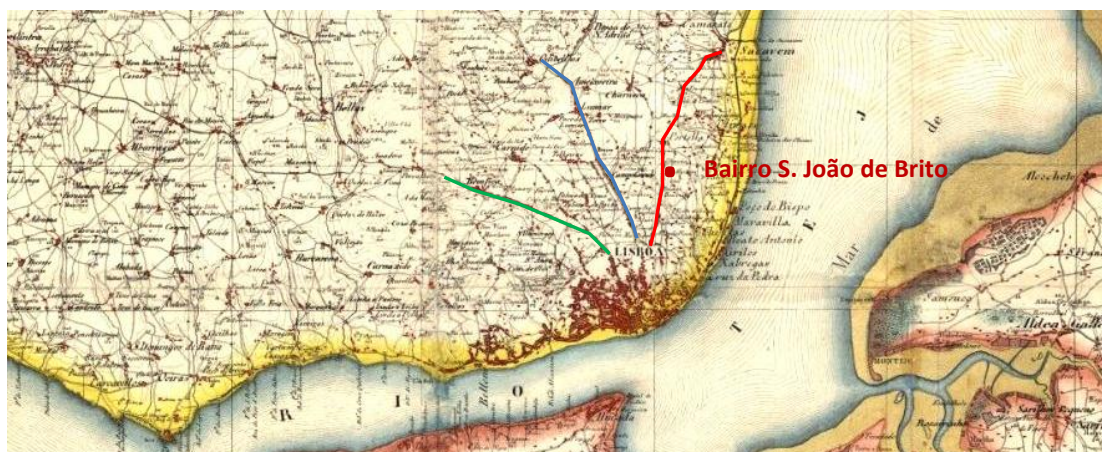


Imagem 13 - Carta corográfica dos terrenos em volta de Lisboa. Séc. XIX. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL.

Antigas quintas

Três antigas quintas são definidoras da actual morfologia, duas das quais sobreviventes até ao séc. XXI, restando apenas uma na actualidade, com o seu palácio e cerca, a Quinta de VilaReal, entretanto, Do Alto. A casa da Quinta do Correio Mor foi demolida em 2006, tendo-se expropriado os habitantes que haviam construído as suas habitações, em torno da mesma.

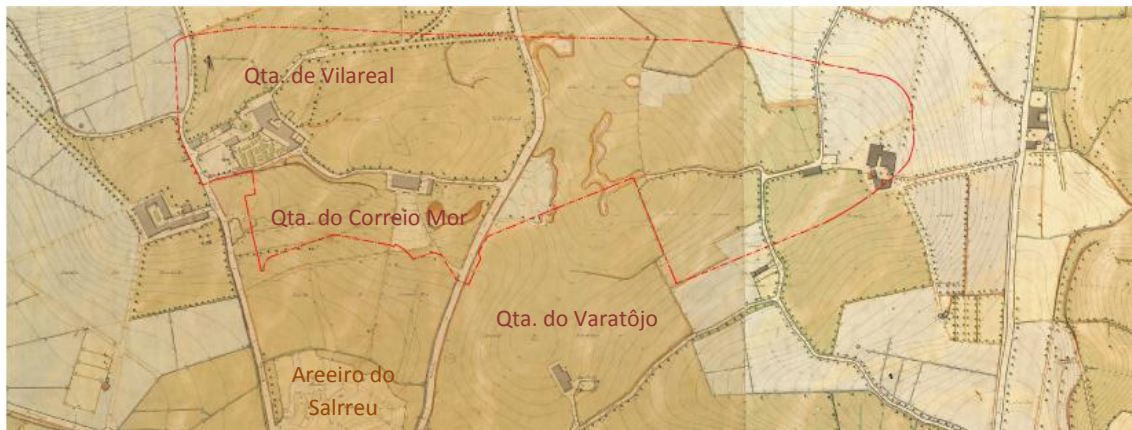


Imagem 14 – Limite do caso de estudo a vermelho, com Est. da Portela ao centro, Qta. de Vilareal, Qta. do Correio Mor, Areeiro do Salreu e Qta. do Varatôjo. Lev. Silva Pinto, 1904-1911. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL.



Imagem 15 - Casa da Qta. Correio Mor. Fonte: <http://www.lisboasos.blogspot.pt/>. 19/10/2014

Av. do Brasil, Rotunda do Relógio, nova construção e Pote de Água

A planta de 1950-55 mostra já a Av. do Brasil, antiga Av. Alferes Malheiro, e a Rotunda do Relógio, chamada então de Praça do Aeroporto. A planta de 1950-55 mostra também a construção residencial ao longo da rua Jorge Colaço, antiga estrada das Amoreiras, da Av. Alm. Gago Coutinho, e do Bairro de Alvalade na frente com a Av. do Brasil, bem como a exploração do Areeiro do Salreu, que ocupou muita da área da Qta. Do Correio Mor, passando-se a chamar de Pote de Água.

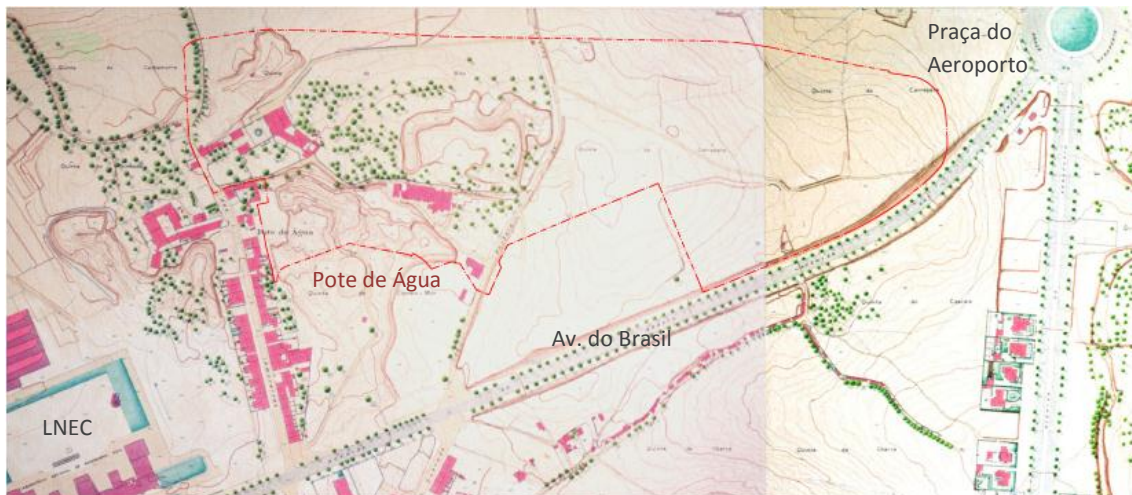


Imagem 16 – Limite do caso de estudo a vermelho, Pote de Água, e Praça do Aeroporto. Carta de Lisboa, 1950 - 1955. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL.

Loteamento municipal São João de Brito e vias principais que atravessam a zona

Na carta de 1978, já o loteamento municipal original está implantado, com alinhamentos contínuos, casas nos lotes pré-estipulados, e nenhuma fora do loteamento. Na zona do Pote de Água já está instalada a maior parte dos armazéns oficinas e estaleiros, bem como a porção residencial menor no extremo Noroeste da área de estudo.

Apesar da construção da 2ª Circular existe uma via que atravessa o centro do Bairro, Rua D, e desemboca na Rotunda do relógio, e outra que termina na Av. do Brasil, a Rua A, que passa em frente de um campo de jogos, no mesmo local do actual. A Frente da zona do Pote de Água tem já nesta data uma fachada construída alta, sendo que no centro daquilo que será o Bairro de habitação social da Boa Esperança, existe um campo de jogos menor.

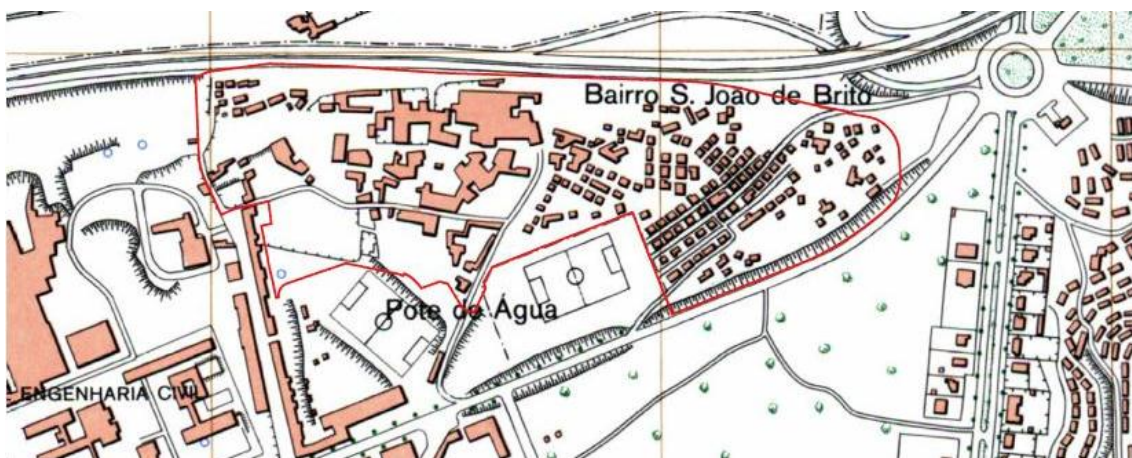


Imagem 17 – Limite do caso de estudo a vermelho. Carta Militar, escala 1: 100 000, 1978. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL.

Limites do bairro: 2ª Circular, Av do Brasil, recinto desportivo e Bairro da Boa Esperança

Na carta de 1993, toda a zona apresenta já o limite actual, o acesso da 2ª Circular para a Av. do Brasil está já traçado, e o recinto desportivo do Colégio de S. João está fechado, cortando assim os dois anteriores acessos ao bairro. Somente persiste a Estrada da Portela e a Estrada das Amoreiras, na continuação da Rua J. Colaço. O Bairro da Boa Esperança está já construído, mais ainda sem espaços públicos. Na envolvente confirma-se a presença de um bairro temporário que será demolido e substituído pelo Campo de Golfe da Bela Vista. É por esta altura que a zona foi mais densamente habitada e construída.



Imagem 18 - Limite do caso de estudo a vermelho. Carta Militar, 1993. Fonte: Centro de Cartografia da FAUL.

Transformações na envolvente próxima: estação de serviço da 2ª Circular, arranjo do espaço público do B. Boa Esperança, campo de Golfe da Bela Vista e Qta do Narigão

Na imagem de satélite seguinte, de 2001, confirma-se a construção da estação de serviço a Noroeste da área de estudo, tendo ocupado terrenos do LNEC, e confrontado algumas habitações desse zona com o seu acesso à 2ª Circular, estando apenas a 5m de distância. Os espaços públicos do Bairro da Boa Esperança já se encontram consolidados, e o antigo bairro da Bela Vista foi já substituído pelo campo de golfe, na Qta. do Narigão, mas continua devoluto e vedado o espaço da demolição do antigo bairro. No Bairro S. João de Brito algumas casas foram demolidas, pontuando o tecido com espaços devolutos. A casa da Qta. do Correio mor ainda subsiste.



Imagem 19 – Limite do caso de estudo a vermelho. Imagem de satélite, 2001. Fonte: Google Earth.

Terminal 2 do Aeroporto, demolição da Qta Correio Mor e construção de novos edifícios

A imagem mais actual é a de 2012 que mostra já a construção do Terminal 2 do Aeroporto, bem como a demolição da casa da Qta. Do Correio Mor, e outras construções na sua envolvente. Além da qualificação dos espaços públicos em torno do Bairro da Boa Esperança, são entretanto construídos, no lote a sul do mesmo, 3 edifícios convencionais em banda, de cerca de 2002, consolidando essa zona. Alguns recintos dos estaleiros e armazéns estão em ruína, devolutos, ou, em poucos casos, ocupados por habitações muito informais, pequenas barracas construídas com restos de materiais de construção.



Imagem 20 – Limite do caso de estudo a vermelho. Imagem de satélite, 2012. Fonte: Google Earth.

A análise da actual situação permitiu a identificação de zonas distintas ao nível da morfologia da zona em estudo:

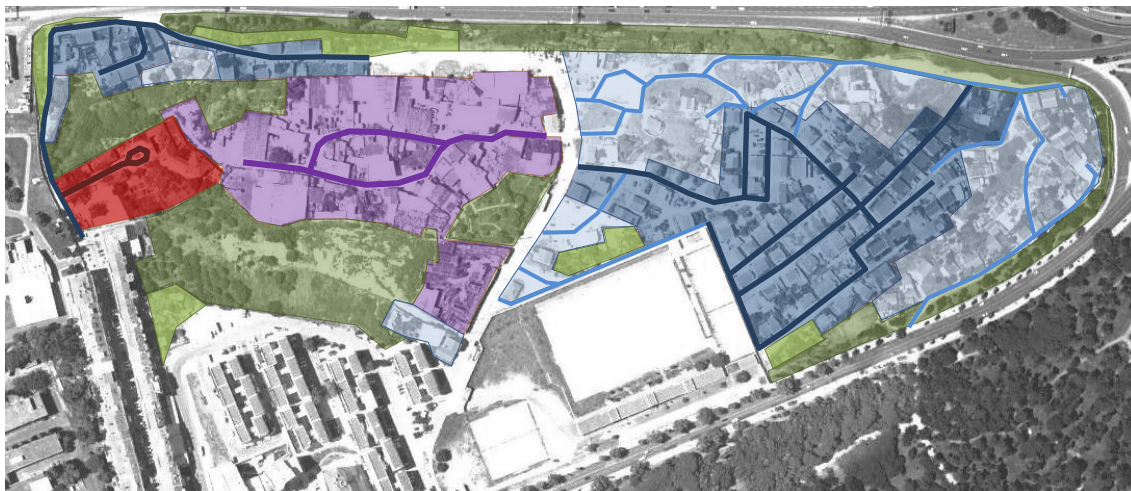


Imagem 21 - Áreas morfotipológicas. Azul-escuro: loteamento municipal original; azul-claro: ocupação sem loteamento; vermelho escuro: Qta. Do Alto; vermelho-claro: indústria e armazéns; verde-escuro: esp. verdes devolutos ou informais; verde-claro: esp. verdes de produção e lazer. Imagem de satélite modificada pelo autor. Google Earth. 19/1/2014.

3.3 Instrumentos urbanísticos¹⁰

Apresentam-se de seguida os planos que incluíram a área de estudo, ou áreas e equipamentos em redor:

Plano de Alvalade de Faria da Costa (1945)

As primeiras intenções oficiais para a zona foram expressas no plano para o Bairro de Alvalade, de Faria da Costa em 1945, apontando essa zona em continuidade formal e funcional com a área oposta na Av. do Brasil. Assim os equipamentos desportivos implantados no extremo oeste da Mata de Alvalade expandir-se-iam até a zona do Pote de Água, sendo a zona do Bairro S. João de Brito uma mera extensão da Mata.

Plano Director de Urbanização de Lisboa, de E. Groer (1948)

Foi no primeiro Plano Director de Urbanização de Lisboa, elaborado por E. Groer em 1948 que se estabeleceu a localização do aeroporto internacional na periferia nordeste de Lisboa, estando a sua pista principal alinhada com o Vale de Chelas, passando assim as rotas de aterragem precisamente pelo extremo nascente da zona em estudo. O plano também projectava uma via circular proveniente de Benfica e a desembocar na praça do aeroporto.

Plano Geral de Urbanização de Lisboa (1967)

¹⁰ <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

No Plano Geral de Urbanização de Lisboa, de 1967, a zona em estudo é classificada como zona verde, sem qualquer diferenciação da Mata de Alvalade da qual faria essencialmente parte, no seu limite a sul.

Plano Estratégico de Lisboa (1992)

Em 1992, no Plano Estratégico de Lisboa, a zona de estudo insere-se num anel, dito de Charneira Urbana, que começaria no Tejo na zona de Alcântara indo desembocar de novo no rio pela zona do Beato a Penha França, e que teria uma função essencialmente terciária.

Plano Director Municipal (1994)

No Plano Director Municipal de 1994 previa-se que a zona de estudo fizesse parte do complexo do LNEC, modificando a sua função para parque de pesquisa tecnológica.



Imagem 22 – Foto tirada de avião em 1968, Bairro da Bela Vista e Bairro da Qta. Do Narigão ainda existentes.
Fonte: <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/798925.html>. 20/1/2014

De facto a proposta de demolição do Bairro S. João de Brito, e zona do Pote de Água tem sido recorrente, como em outras zonas próximas. O antigo Bairro da Bela Vista, e Qta. Do Narigão, que após as operações de exploração daquela zona enquanto areeiro, foram de facto demolidos, originando no primeiro o campo de Golfe da Bela Vista, mas no segundo, e após décadas após a sua demolição, continua um espaço devoluto vedado ao público, limítrofe à Mata de Alvalade.

Plano Director Municipal de Lisboa (2012)

Da estratégia actual para a zona, presente no PDML de 2012¹¹, retira-se um novo anseio de normalizar uma situação, reconhecida na sua necessidade por uma resolução reflectida. Estabelece-se assim que a zona de estudo pertence à denominação de espaços centrais e residenciais, sendo que deverá ser consolidada, nela se incluindo a zona do Pote de Água, o Bairro S. João de Brito e o Parque Desportivo de S. João de Brito.

¹¹ http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/mapa_pdm/PdmWidget.html?pdm=revisao

Exclui-se no entanto o talude norte virado para a 2ª Circular e toda a faixa de espaços verdes, tidos como de enquadramento a infra-estruturas. O palácio da Qta. Do Alto é incluído numa zona de protecção de património de interesse público.

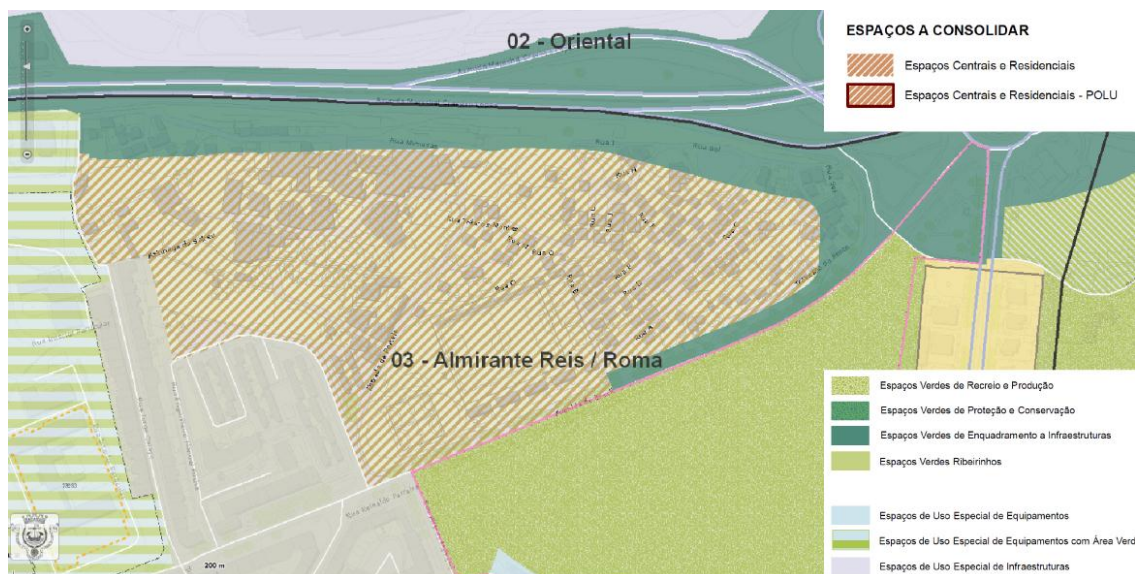


Imagem 23 – Planta de Qualificação do Espaço Urbano. Planta de ordenamento, PDML 2012. Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/mapa_pdm/PdmWidget.html?pdm=revisao.22/1/2014

Confirma-se também através do PDML que toda a zona em estudo permanece sob Servidão do Aeroporto de Lisboa, e que o seu extremo Nascente fica directamente por debaixo da rota de aterragem da pista secundária do Aeroporto. Na Planta Ecológica são referidas duas vertentes de espaços verdes presentes no local, a primeira relativa a espaços de enquadramentos a infra-estruturas e a segunda de enquadramento a áreas edificadas, tidas enquanto estrutura ecológica integrada, a par de uma outra fundamental, que parte do extremo sul do Aeroporto, passando pela rotunda do relógio e limites da zona de estudo, infiltrando-se em direcção a Lisboa através da Av. Almirante Gago Coutinho.

3.4. Morfologia urbana e tipologia do edificado

A análise baseou-se na informação recolhida através de um levantamento pormenorizado da área de estudo, realizado no local, utilizando para esse efeitos fichas de inquérito ao espaço público e ao edificado¹².

¹² Alguns exemplares presentes nos anexos

O processo de preenchimento dos inquéritos, bem como o levantamento fotográfico e sensitivo, foi pontuado pela interação dos habitantes, que, curiosos com esse acontecimento interagiram, e contribuíram com as suas informações, ideias, críticas e experiências, enriquecendo o valor da informação recolhida com o relato verídico dos seus habitantes.

A esta fonte de informação adicionam-se os resultados dos inquéritos feitos à população no âmbito do programa do PLH, reportando neles as principais preocupações relativas à vida no bairro; que melhor ajudaram a determinar as prioridades resolutivas.

Morfologia urbana e espaço público

As áreas de loteamento original, e o subsequente crescimento espontâneo, incluem zonas verdes, de produção e lazer, sejam devolutas ou informais, sendo no primeiro caso incluídas, dentro dos lotes, ou contíguas aos mesmos. Nas zonas de crescimento espontâneo surgem espaços devolutos entre habitações, ou de produção e lazer, mas afastados em relação às habitações, e vedados.



Imagem 24 – Horta oposta a habitação, de vedações precárias e no talude da 2ª Circular. Fonte: Autor. 12/12/2013



Imagem 25 – Horta em espaço devoluto contíguo a habitação. Fonte: Autor 7/8/2013

No loteamento original o edificado está em continuidade entre si, em lotes diminutos, por vezes com afastamentos de 1 metro, ou sem vedação ou muro, e confinante com a rua; existem anexos baixos e de construção ligeira, nas laterais ou tardo. Já nas zonas de crescimento espontâneo, o edificado surge afastado da via, não estando por vezes alinhado nem com esta nem entre si; surgem também aqui pequenos conjuntos em banda, com muito pouca permeabilidade e grande densidade construtiva; a principal apropriação do espaço acontece ao longo da via, relativa a estacionamento ou garagens.



Imagem 26 – Habitações isoladas, rodeadas por espaços devolutos Fonte: Autor. 12/12/2013

A zona de indústria, armazéns e oficinas, apresenta problemas semelhantes entre si. Não existe afastamento entre parcelas ou armazéns, sendo que se apoiam nas paredes de outros, tornando a permeabilidade mínima e a densidade construtiva muito alta. Alguns “recintos” ou conjuntos de armazéns encontram-se devolutos. Nesta zona sublinha-se a presença de habitações muito informais, ocupando espaços devolutos.



Imagem 27 – Habitação informal, apoiada nas paredes de armazéns também precários. Fonte: Autor. 12/12/2013

Conclui-se existirem três principais formas de espaço público, derivadas da sua contiguidade com 3 tipologias de edificado.

Em continuidade com o loteamento municipal original as ruas são, salvo a sua pequena escala, convencionais. Delimitadas pelos diferentes muros ou vedações, ou pelas próprias paredes das habitações. Existem largos derivados da intercepção de vias, coincidindo com edificado de uso misto, como oficinas ou um café. Existem espaços devolutos, derivados da anterior demolição de edifícios, sendo o seu lote apropriado para estacionamento ou espaços verdes de produção e lazer.

Nos espaços de crescimento espontâneo revelam-se fragilidades na pouca continuidade entre edifícios, e destes para com as vias, originando espaços devolutos exíguos e sem vigilância, com lixo, detritos de demolições, e viaturas devolutas. As habitações não oferecem uma imagem tão digna como as tipologias presentes no loteamento municipal original, estando rodeadas e cobertas por anexos e acrescentos, de materiais díspares.

No espaço de armazéns e oficinas forma-se um grande beco com um acesso somente, sem presença de espaços livres senão esse. Está rodeado no entanto pela zona do Pote de Água a Sul, aberta e verde, e afastada do talude da 2ª Circular a Norte, originando a Rua das Mimosas, não qualificada. Pelo menos duas das actividades aí presentes apropriaram-se dos espaços da Qta. Do Alto, sendo os seus amplos espaços verdes agora hortas, e lugares onde armazenar materiais de construção.

Tipologia do edificado

Os seguintes mapas temáticos demonstram as características do edificado, tendo sido elaborados com a informação obtida através dos inquéritos ao mesmo.

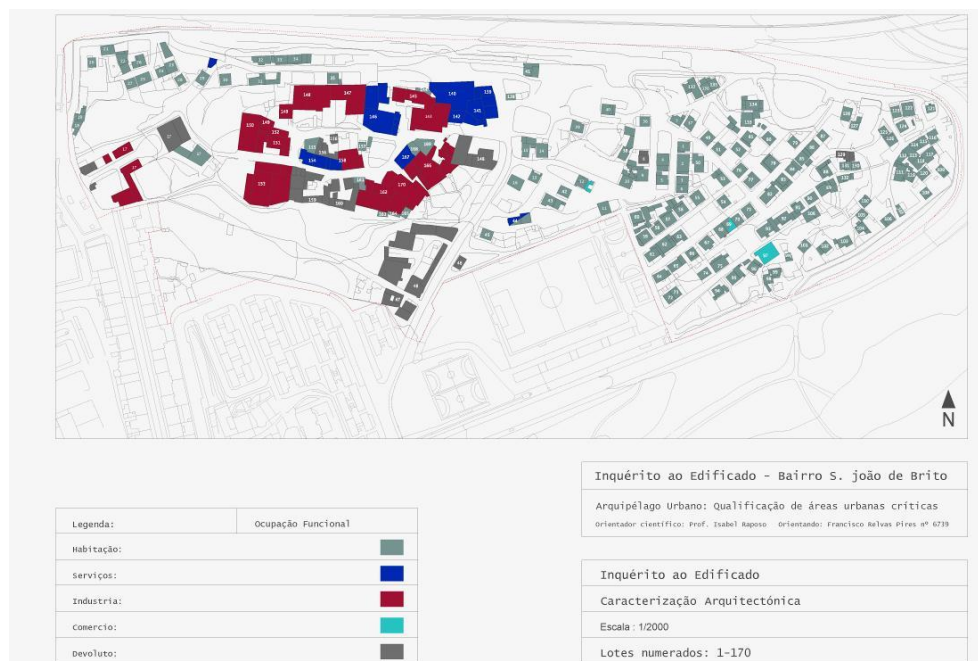


Imagem 28 – Mapa temático, ocupação funcional, Fonte: Autor

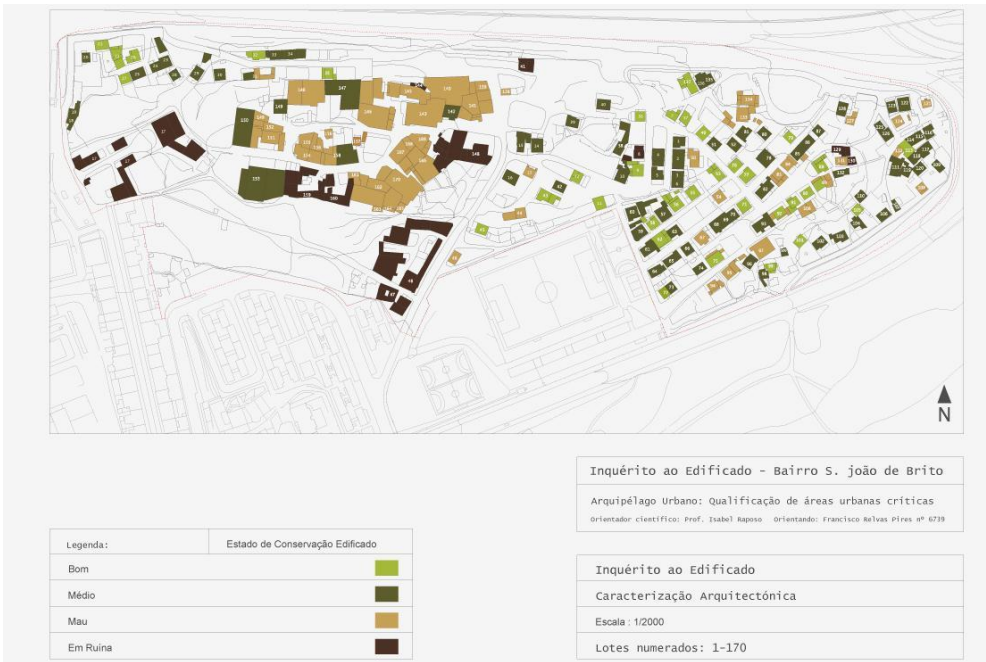


Imagem 29 - Mapa temático, estado de conservação do edificado, Fonte: Autor

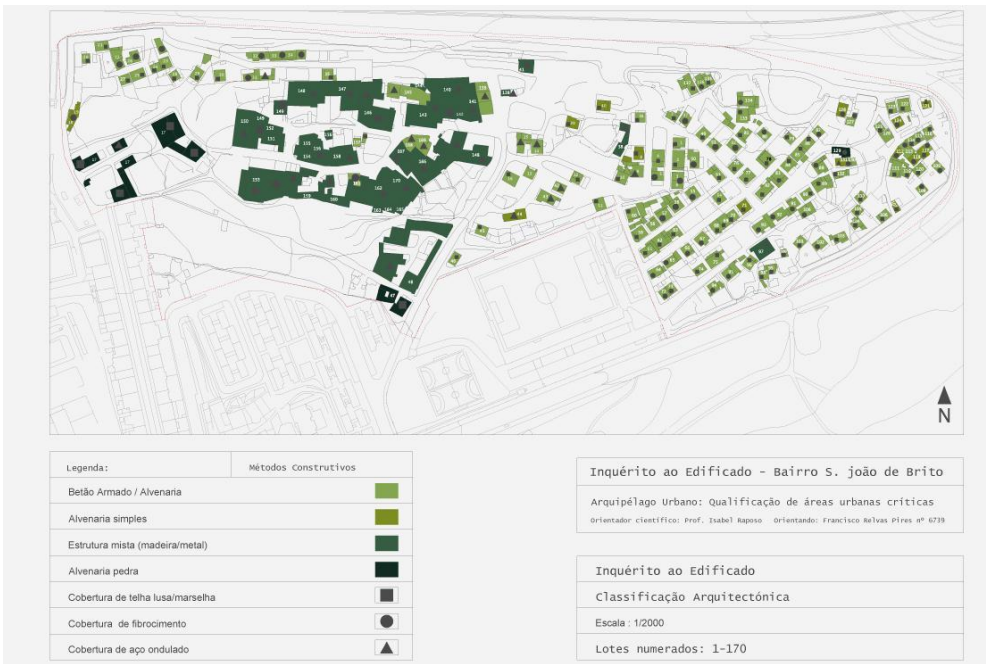


imagem 30 - Mapa temático, métodos construtivos, Fonte: Autor

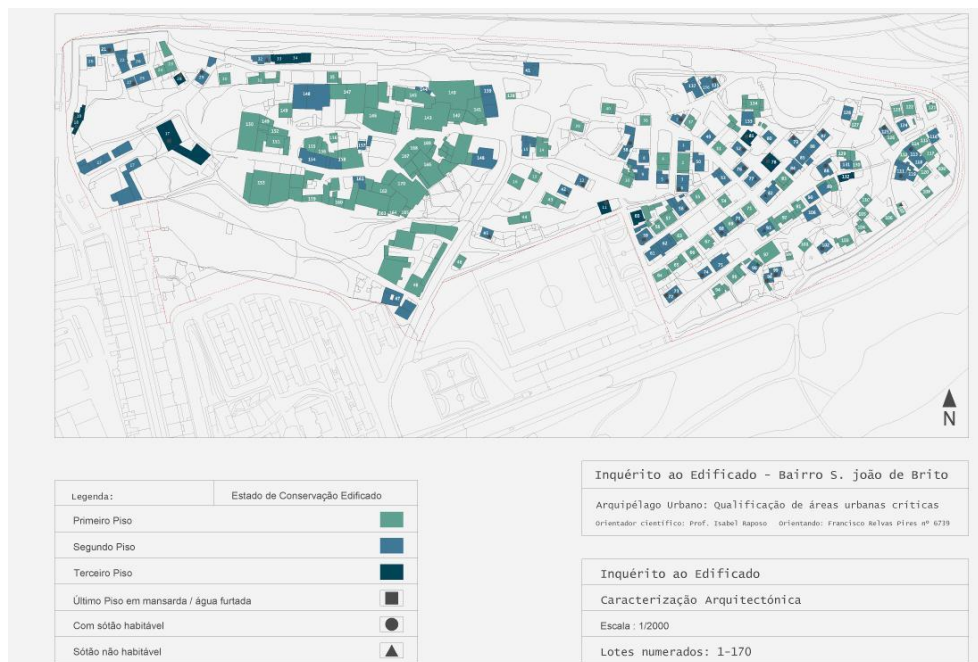


Imagem 31 - Mapa temático, nº de pisos e uso da cobertura, Fonte: Autor

A partir do levantamento constituíram-se três classes nas quais se incluiu o edificado mais homogêneo face às suas características, representando esta uma síntese que servirá de ferramenta na intervenção.

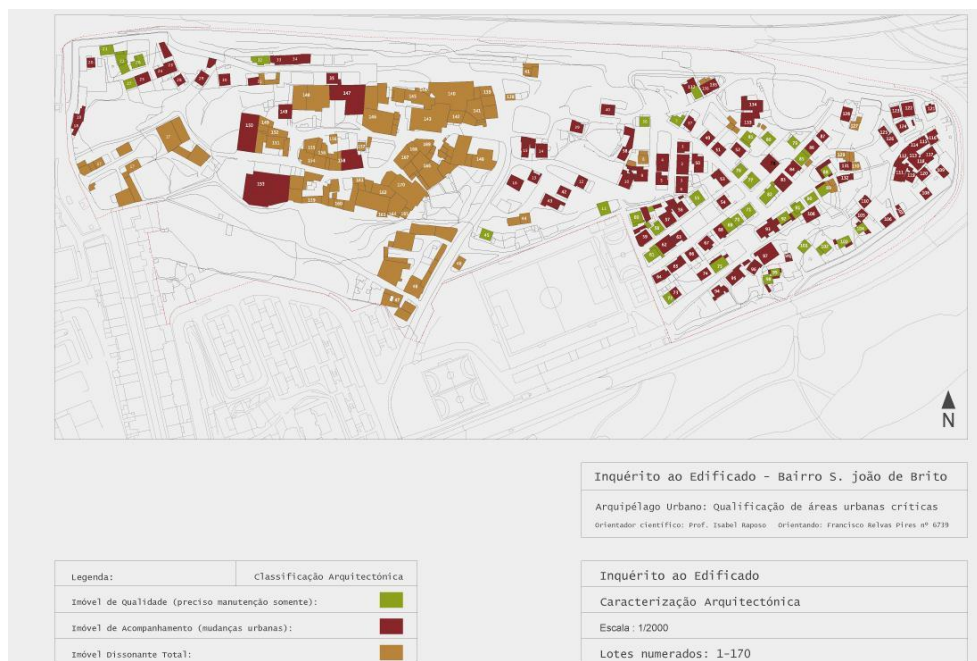


Imagem 32 - Mapa Síntese, Classificação arquitectónica, Fonte: Autor

A Primeira classe refere os imóveis de qualidade, classificados como tal face às suas características morfológicas, método de construção e estado de conservação. Também é referente à sua

morfologia própria, e relação com o espaço que ocupa, existindo casos de habitações integras, em bom estado de construção e com um lote grande, mas que estão rodeadas por anexos precários, ocupando uma larga porção do terreno, impermeabilizando-o, retirando ventilação e afastamentos aos edifícios contíguos.

A Segunda classe representa todos os edifícios cujo corpo principal, bem como os anexos, apresentam fragilidades, ou falhas, como construção precária, presente em edifícios de cobertura de aço ondulado, ou cuja cobertura já é antiga e apresenta remendos. Também seria referente ao conforto, pelo que a acessibilidade, ou isolamento térmico deveriam de ser revistos, não apresentando actualmente um nível de conforto mínimo. Por último acrescenta-se que apesar de necessitarem de obras, estas são menores, e relativamente simples.

A terceira classe implica acções mais pesadas, dada a qualidade ruínosa ou muito precária do edifício. Os casos incidentes nesta são o resultado de construção ineficaz, usando materiais de má qualidade, e de modo inseguro. Será portanto uma classe destinada à demolição completa com realocação prevista, ou em casos específicos, como o palácio, reabilitação profunda.

3.5 Análise sociodemográfica¹³

No Bairro S. João de Brito e Pote de Água habitam 410 pessoas, com igual número de homens e mulheres, e perfazendo 141 famílias, 147 alojamentos, mas apenas 139 edifícios. Como neste número se incluem edifícios não habitacionais, confirma-se a existência de habitações plurifamiliares entre o edificado do Bairro. Constata-se também a quase inexistência de habitações na zona do Pote de Água, onde se situam os armazéns e a superior densidade habitacional na zona mais formal do Bairro.

Os dados das subsecções estatísticas 11 e 12 confirmam a presença de pelo menos 11 dos habitantes, que vivem rodeados por armazéns ruínosos e com falta de infra-estruturas básicas.

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | Totais |
|------------------------------|----|----|----|----|----|----|---|----|----|----|----|----|----|--------|
| População Residente Total | 44 | 26 | 29 | 21 | 17 | 59 | 7 | 48 | 68 | 24 | 7 | 4 | 56 | 410 |
| População Residente Homens | 21 | 14 | 14 | 11 | 10 | 30 | 4 | 23 | 39 | 9 | 4 | 1 | 25 | 205 |
| População Residente Mulheres | 23 | 12 | 15 | 10 | 7 | 29 | 3 | 25 | 29 | 15 | 3 | 3 | 31 | 205 |
| Famílias | 14 | 10 | 11 | 11 | 7 | 16 | 4 | 16 | 23 | 8 | 2 | 1 | 18 | 141 |
| Alojamentos | 16 | 10 | 11 | 12 | 7 | 16 | 4 | 16 | 25 | 8 | 2 | 2 | 18 | 147 |
| Edifícios | 15 | 8 | 10 | 11 | 7 | 14 | 4 | 16 | 25 | 8 | 2 | 2 | 17 | 139 |

Imagem 33 – Tabela com dados das Subsecções da Divisão Censitária. Fonte: Autor

¹³ Segundo dados definitivos dos censos de 2011, Fonte: <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, e http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main



Imagem 34 – Subsecções da Divisão Censitária, sobre cartografia de suporte, modificada pelo autor. Fonte: <http://mapas.ine.pt/map.phtml>. 22/1/2014

Outros aspectos sociodemográficos relativos aos censos de 2011 foram analisados em conjunto com as áreas envolventes do Bairro da Boa Esperança, e da R. Jorge Colaço tendo em conta uma intervenção que se quer de relacionamento com a envolvente, dinamizadora, e atractiva.

Do total de 1551 habitantes, sublinha-se a presença ligeira de iletrados 2%, ou 31 indivíduos; bem como a percentagem relevante de pensionistas 25% da população, ou 401 indivíduos).

Apenas um indivíduo está envolvido na actividade primária. Já o sector secundário é mais expressivo, implicando 119 empregos nas oficinas, estaleiros e garagens presentes, ou o equivalente a 8% da população.

Os indicadores da população jovem, que frequentam estabelecimentos de ensino, do 1º Ciclo de ensino básico ao secundário perfazem um total de 192, ou 12% da população

Consta-se um envelhecimento da população com um aumento de +42%, de 2001 para 2011, constituído por indivíduos com idades iguais ou superiores a 80 anos, e 31% igual ou superior a 65 anos. A proporção de habitantes de 30 a 39 anos é de 2%, e dos 0 aos 14 de 8%. A idade média ronda actualmente os 48 anos.

Um outro indicador relevante é a percentagem de idosos, com mais de 65 anos a viver sozinhos, 27%; sendo a percentagem total de idosos que vivem com outros idosos de 65%. Existe ainda assim um ganho de 10% entre os censos de 2001 e os de 2011, relativamente à população dos 0 aos 14 anos, motivo que, juntamente com outros factores têm vindo a fazer decrescer o índice de envelhecimento.

Quanto à proveniência dos seus habitantes, ressalta a presença de “retornados” e de imigrantes das antigas colónias portuguesas na área de estudo. Refira-se ainda que a população do Bairro da Boa Esperança é predominantemente de etnia cigana. As conversas com os habitantes não revelaram desentendimentos entre os diversos habitantes, de diferentes origens.

3.6 Diagnóstico e cenários

De modo a sistematizar e simplificar o diagnóstico, este será realizado segundo um método SWOT, ou quadro de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, seguido de cenários de previsão. Este processo metodológico irá justapor as diversas qualidades, características, e considerações de vertentes espaço-sociais distintas e homogéneas, cuja análise é fulcral no acto de diagnosticar o estado do caso de estudo. Os cenários de previsão comporão uma imagem de possíveis futuros, apoiados pelas presentes características latentes. Este processo é de uma mais-valia considerável à realização de uma estratégia de intervenção, dado o apoio premeditado, baseado em factos reais cuja continuidade, mais que suposta, é baseada também ela no passado já estudado, quer do caso de estudo em si, quer de bairros e intervenções semelhantes, ou da falta das mesmas.

Este processo será repetido de acordo com as vertentes mais importantes a destacar para o projecto: espaço público, infra-estruturas, equipamentos e serviços, edificado e dimensão social.

Diagnóstico SWOT – Espaços públicos

| | |
|---|---|
| <p>Forças:</p> <p>Amplitude de largos e espaços abertos</p> <p>Quantidade/diversidade de árvores</p> <p>Reclusão face à envolvente</p> <p>Oportunidades:</p> <p>Espaços devolutos passíveis de melhoria</p> <p>Espaços ajardinados mantidos</p> <p>Hortas enquadradas</p> | <p>Fraquezas:</p> <p>Pouca ou nenhuma formalidade de arruamentos</p> <p>Inexistência de mobiliário urbano</p> <p>Exiguidade de certas ruas</p> <p>Ameaças:</p> <p>Lixos e detritos vários em espaços devolutos</p> <p>Espaços recônditos e sem vigilância</p> <p>Exclusão de edifícios isolados</p> |
|---|---|

Diagnóstico SWOT – infra-estrutura, equipamentos e serviços

| | |
|---|--|
| <p>Forças:</p> <p>Infra-estruturas básicas existentes e mantidas</p> <p>Proximidade do centro e infra-estruturas</p> <p>Oportunidades:</p> <p>Proximidade de emprego e equipamentos</p> <p>Espaços amplos com arvoredo</p> <p>Potencial atractivo</p> | <p>Fraquezas:</p> <p>Dificuldade no acesso a transportes públicos</p> <p>Inexistência de comércio de proximidade</p> <p>Inexistência de equipamentos</p> <p>Ameaças:</p> <p>Risco de incidentes: indústria/armazéns</p> <p>Higiene pública: lixo, detritos e esgotos</p> |
|---|--|

Diagnóstico SWOT – Edificado

| | |
|--|---|
| <p>Forças:</p> <p>Existem edifícios recentemente renovados</p> <p>Existem edifícios sem anexos</p> <p>Grande variedade tipológica</p> <p>Oportunidades:</p> <p>Edifícios íntegros viáveis a serem recuperados</p> <p>Manutenção da identidade original do bairro</p> <p>Boa orientação solar geral</p> | <p>Fraquezas:</p> <p>Áreas reduzidas, de lote ou edifício</p> <p>Excessiva indexação de anexos</p> <p>Isolamento de alguns edifícios</p> <p>Ameaças:</p> <p>Edifícios em ruínas/devolutos</p> <p>Construção precária de alguns edifícios</p> <p>Densidade construtiva excessiva</p> |
|--|---|

Diagnóstico SWOT – Dimensão social

| | |
|---|--|
| <p>Forças:</p> <p>Existe uma associação de moradores</p> <p>Existe boa relação de vizinhança</p> <p>Alguma variedade etária</p> <p>Oportunidades:</p> <p>Aproveitamento dos conhecimentos de ofícios</p> <p>Relocalizações dentro do bairro serão inclusivas</p> <p>Iniciativa da maioria de indivíduos</p> | <p>Fraquezas:</p> <p>Isolamento/marginalização de alguns indivíduos</p> <p>População envelhecida/inactiva</p> <p>Reduzidos recursos</p> <p>Ameaças:</p> <p>Isolamento/marginalização de alguns indivíduos</p> <p>Qualidade de vida precária em alguns casos</p> <p>Idosos a viverem sozinhos</p> |
|---|--|

Partindo dos Quadros SWOT desenvolveram-se assim os seguintes cenários:

Cenário Inactivo – Se nenhum incidente trágico vier a ocorrer, derivado das condições de risco encontradas na zona de armazéns e indústria, ou dos aluimentos de terra, historicamente propensos na zona do Pote de Água, onde habitam 67 pessoas, as condições manter-se-ão semelhantes, ocorrendo eventuais melhoramentos no edificado, providenciados por novos habitantes, filhos dos iniciais construtores, e continuarão as apropriações do espaço público pelos mais diversos motivos.

Os idosos isolados continuarão a viver em habitações de má qualidade, falecendo ora de idade, ora pelas condições precárias, adicionando o nº de habitações devolutas. A utilização do automóvel continuará a ser preferida quando os meios o permitam dada a distância que separa a residência dos transportes públicos mais próximos.

As deslocações para o exterior da zona são obrigatórias, dada a inexistência de comércio de proximidade, de equipamentos ou funções outras que a residencial. A incerteza e insegurança manter-se-ão, enquanto sentimento geral dos habitantes do bairro.

Cenário Reactivo – Caso venha a ocorrer um período de estabilidade económica e financeira, é de prever que o tipo de intervenção aplicado à zona em questão seja o amplamente utilizado, célere, convencional, e sistematizado, de renovação total com demolição do existente.

Neste caso, provavelmente nenhum edifício viria a sobreviver, salvo talvez o palácio da Qta. do Alto. As empresas e actividades do Pote de Água seriam desactivadas, ou algumas poucas realocadas; os habitantes teriam de ser realocados, com sorte dentro da freguesia, com ainda mais sorte na zona em questão, criando para o efeito um bairro social, monótono e desprovido da vivência e relação de vizinhança estabelecida no bairro original.

A restante porção de território seria explorada, com fim a obter o máximo lucro possível; ou se não houvesse tal intenção ou possibilidade para o local, deixá-lo-iam ficar devoluto, como o local do antigo Bairro da Quinta do Narigão, ainda inútil passadas 4 décadas.

Cenário Pró-activo – Este cenário supõe uma concretização por fases e a sua concretização estender-se-á por um período longo, como, de acordo com a revisão da literatura, parece ser o caso com o bom urbanismo, lento e invisível.

Nas suas fases iniciais nem será perceptível uma mudança de paradigma, sendo que as qualidades que daí advenham serão apenas retidas como excepções à regra. Aos poucos os habitantes veriam modificada a sua rotina diária, em prol de uma vida mais confortável. Com alguma monitorização da evolução do bairro afinar-se-iam os conceitos aplicados, melhorando o efeito com eles conseguidos.

A concretização final deste cenário, a que se considera a ideal, seria obtida quando daí a anos somente os habitantes mais velhos se recordassem das condições prévias do bairro, sendo que no futuro não se distinguiria essa de qualquer outra zona da cidade, atingindo-se o desejo da sua integração plena na cidade.

A intervenção desenvolvida na vertente prática deste trabalho considerará este cenário nas suas 3 fases diferentes, tomando, como de resto tem sido regra neste trabalho, a reabilitação e aproveitamento do existente como as acções mais sustentáveis a serem tomadas; todas as infra-estruturas em funcionamento seriam aproveitadas, e o seu potencial máximo explorado. Por exemplo os sistemas de esgotos e abastecimento de águas abrangem todo o Bairro, servindo por vezes extensões de ruas que apresentam somente uma ou duas casas, sendo que nessas ruas seria o local apropriado para a realocação dos poucos residentes realojados, aproveitando assim um investimento já feito pela autarquia, potenciando-o.

Deste modo se torna óbvio o ganho considerável entre escolher pequenas intervenções minuciosamente optimizadas, em detrimento da demolição de todo um bairro, relocando toda a sua população e construindo um novo bairro, ou, dispersando a população em habitações disponíveis em regime de renda social; caso que se crê ser nefasto relativamente à qualidade de vida existente no aglomerado populacional de fortes redes interrelacionais.

A sustentabilidade destas opções estratégicas, de ganhos socio-espaciais, e devida validação económica e ecológica, é seguida também de uma posição política, capaz de defender a equidade de oportunidades e direitos desta fracção da população menos dotada de recursos; sendo até lógico, que ao seguir este percurso estratégico se consegue aliar num compromisso assaz equilibrado, todos os benefícios para a zona: Mantêm-se a larga porção das actividades económicas, e postos de emprego, mas em situação legalizada e atractiva, capaz de algum crescimento e variedade; os projectos e planos que visavam amplos equipamentos de lazer e desporto poderão também ser implementados; estando interligados com os existentes, mas servindo agora também uma fatia mais variada da população, alguma da qual carente de semelhantes privilégios;

3.7 Princípios de intervenção

1. Qualquer escolha estratégica ou projectual deverá levar em conta o seu eventual custo.

Referem-se dois tipos de custo: financeiro, a ser gasto em ordem a materializar a proposta física, sendo que o limite para a intervenção será comedido em ordem a ser viável; e social. Demolições e relocalizações podem ser essenciais num plano urbano de uma zona, mas custosas para as famílias envolvidas, devendo este tipo de opções ser devidamente medido.

2. As resoluções tomadas deverão fazer parte de um todo conceptual, uno e harmonioso.

Como referido no objectivo da proposta, a disciplina de Arquitectura não descarta da componente artística, devendo no entanto alia-la a outras componentes técnicas e humanísticas. Deste modo as escolhas deverão comportar uma noção de resultado com via a integrar e unificar o espaço público, dignificando o espaço privado. Acredita-se, que mesmo medidas simples, e em via a unificar espaços e pessoas, possam ser belas.

3.8 Plano de Acção¹⁴

O plano de acção da zona deverá ser faseado, composto por acções prioritárias e seu posterior desenvolvimento. Primeiramente deverá conseguir assegurar o máximo proveito de uma intervenção com o mínimo possível de investimento, podendo assim ser considerada enquanto proposta de candidatura aos Programas do PLH e BIP/ZIP, assegurando um bom investimento inicial a par de parcerias com a Junta de Freguesia e empresas de construção locais.

A intervenção assentará na análise da informação recolhida nos inquéritos feitos ao espaço público, edificado, e população e nas prioridades que daí sobressaem:

Primeira fase:

1. Acesso a transportes públicos – Podem ser realizados melhorando os acessos pedonais do bairro, em direcção à Av. do Brasil, priorizando os acessos às paragens já existentes da Carris e propondo um acesso a meio de ambas, dada a distância de 660m entre as mesmas.
2. Colmatar a falta de comércio de proximidade – Proposta de uma licença de construção mista, entre negócio e habitação, tomando proveito da iniciativa privada na execução e manutenção do negócio; num local devoluto e central do bairro, limitrofe aos seus corredores estruturantes, adjacente a um espaço público, fazendo as vezes de quiosque, ou esplanada, potenciando a utilização do espaço e convívio dos habitantes.
3. Qualificar o espaço público, melhorar a segurança, e os espaços verdes da área – O essencial da proposta a este nível visa a limpeza dos espaços devolutos, regularização de arruamentos e realização de sinalização horizontal, com vista a melhorar a utilização e imagem dos espaços. Dever-se-á proceder igualmente à regularização de parcelas de lazer e produção, contribuindo para um espaço mais organizado, mantido e seguro, visto os espaços mais recônditos passarem a ter dono.
4. Equipamento social multiuso - com uma nova candidatura ou através de mecenato, poder-se-á propor um equipamento social, multiuso, que possa receber a maioria das acções

¹⁴ Roseta, Helena & Craveiro, Maria Teresa. O PLH em Acção: Programa Local de Habitação de Lisboa. Relatório da 3ª fase: concretizar. 29 De Março de 2012. Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/>

Roseta, Helena & Craveiro, Maria Teresa. O PLH em Acção: Programa Local de Habitação de Lisboa. Relatório da 2ª fase: Escolher. 8 De Julho de 2012. Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/>

Ficha nº47, Anexo B | página b39, Programa Local de Habitação de Lisboa, Outubro 2010. Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/>

necessárias à boa vivência dos residentes. O espaço poderá ser instalado onde hoje está o centro cultural e desportivo Boa Esperança, que infelizmente detém pouca qualidade construtiva e espacial, mas que é verdadeiramente atendido e utilizado pela população.

Segunda fase: apostar-se á nas candidaturas ao PER, feitas pela junta de freguesia, ou município, ou ainda os próprios particulares, de modo a procederem ao melhoramento, modificação, ou nos casos mais prementes, reconstrução das suas habitações.

Se a primeira fase for bem-sucedida, serão também propostas intervenções da responsabilidade das autoridades locais e municipais, que, a par da já insistente manutenção de espaços verdes limítrofes, e recolha dos diversos ecopontos presentes na área de estudo serão convidadas a expandirem o leque das suas acções, com fim a todos beneficiarem.

Deverão ainda: ser recolhidos os detritos, ferros-velhos e viaturas estacionárias dos espaços devolutos; continuada a plantação de árvores-filtro ao longo da 2ª Circular, bem como encorajada a plantação geral de árvores na zona; aplicada a sinalização adequada aos arruamentos; realização de espaços públicos menores, dignificando as zonas habitacionais.

Ao LNEC e estação de serviço deverão ser dirigidas propostas de reabilitação da continuação da Rua Jorge Colaço, anterior estrada das Amoreiras; dignificando e proporcionando um seguro acesso a esse extremo da zona do Pote de Água.

Terceira fase: visariam a colmatação de problemas não resolvidos a par das oportunidades não exploradas, justificando um investimento de ordem superior. O sucesso e consequências benéficas das anteriores fases constituiriam um argumento de peso face ao sucesso de uma maior intervenção. Esta intervenção recorreria ao PER ou programa similar, dadas as necessárias realocações a operar no Pote de Água; às parcerias público-privadas, que detivessem o interesse necessário em ordem a manter o funcionamento das empresas presentes no local, mantendo assim também toda a actividade económica, e potenciando-a, bem como à zona em questão. A intervenção visaria assim a requalificação do Pote de Água enquanto zona industrial/empresarial, dignificando a sua envolvente, e relocando os seus habitantes no Bairro S. João de Brito, a par de vizinhos que já conhecem, e em condições melhores às aquelas nas quais actualmente vivem.

4. Memória descritiva

Como referimos, a proposta para o Bairro S. João de Brito e zona do Pote de Água, encontra-se segmentada em 3 fases principais, existindo pontos prioritários a serem tratados, e os restantes a serem desenvolvidos posteriormente.

Primeira fase

Na primeira fase, propõe-se a introdução das duas melhorias consideradas prioritárias: o acesso a transportes públicos, e a oferta de comércio de proximidade.

Melhoria da acessibilidade

A acessibilidade será assegurada através da colocação de uma passagem de peões em quatro zonas específicas, que ligarão o Bairro à Av. do Brasil, e às duas paragens de autocarros que distam 680m entre si. Será proposta uma nova paragem a meio dessa distância, em frente do actual corredor mais utilizado de entrada e saída pedonal no bairro.

Esta intervenção propõe uma paragem em cada sentido da Av. do Brasil, com uma passadeira distando das paragens o suficiente para que um autocarro parado não obstrua a passagem nem a visão, dos peões e automobilistas. A escadaria aí existente de entrada e saída do Bairro é ampla, sendo apenas necessária a sua manutenção. É proposta no entanto, ao lado da escadaria, uma rampa estreita, para pessoas de mobilidade reduzida e transporte de cargas à mão, bem como para acesso a bicicletas.

Propõe-se um segundo acesso pedonal ao local, ao longo da Av. do Brasil e mais perto da Rotunda do Relógio, sob a forma de uma escadaria, com vários lanços e patamares, a cruzar com uma das escadarias construídas pelos habitantes, a requalificar; a escadaria que se propõe ligará a Travessa do Chafariz e essa porção do Bairro em que se insere, à paragem de autocarros que se situa junto ao Bairro na Rotunda do Relógio, através da passadeira com semáforos que aí existe.

Mais a norte, em frente à Rotunda do Relógio, no seguimento da calçada que termina na passadeira e semáforos referidos anteriormente, propõe-se uma intervenção mais simples de executar, reaproveitando os materiais da calçada existente ao longo da via de saída da 2ª Circular, que termina numa espaço sem utilização; um acesso contínuo e de pouca inclinação (5%) a rodear as últimas casas do Bairro situadas a nordeste e a ligar à Rua do Sol que aí começa. Com este percurso a parte norte do bairro terá um acesso mais directo e seguro aos transportes públicos.

Um último acesso prioritário visa acrescentar alguma segurança ao acesso poente, sendo criado um passeio, separado da via rodoviária, garantindo a segurança do peão. Propõe-se sinalização horizontal, em adição de pilaretes, formando um corredor pedonal restrito.

Introdução de comércio de proximidade

O comércio de proximidade será providenciado sob a forma de um edifício de uso misto, de iniciativa privada, uma mercearia de bairro no piso térreo, com habitação no 1º piso, associado um amplo espaço público exterior, com mobiliário urbano incluindo bancos e mesas, com cobertura parcial. Seria um espaço vedado, sob monitorização do proprietário do negócio.

Pequenos melhoramentos no espaço público em geral

Completadas estas intervenções relativas à acessibilidade e ao comércio de proximidade, intervir-se-á no restante espaço público, de modo a aproveitar o existente retirando o máximo proveito do mesmo; às vias será adicionada sinalização, predominantemente horizontal, estipulando lugares de estacionamento, zonas de circulação e atravessamento pedonal, entre outras; os passeios serão marcados na via rodoviária, protegendo as zonas de acesso às habitações e as passagens de peões, com pilaretes a demarcar o espaço público. As rampas e percursos menores serão demarcados de modo a facilitar a sua construção, de baixo custo, de grande longevidade e fácil manutenção.

As escadarias seguirão o mesmo princípio, amparadas somente por muros laterais e os espelhos seriam peças apropriadas ao acabamento de lancis; este será também o método construtivo de alguns dos passeios.

O mobiliário urbano será construído no local, com materiais não facilmente removidos e sem valor comercial para evitar vandalismo, sendo de preferência construído com mão-de-obra local, por operários das empresas de construção civil locais, ou por habitantes hábeis nos ofícios necessários.

Os espaços devolutos e intersticiais serão convertidos em espaços de lazer, com recantos mobilados, canteiros, ou em espaços de produção como hortas ou pomares, semelhantes aos já existentes nas imediações. Os pequenos espaços ajardinados, existentes deverão ser mantidos e reproduzidos, geridos, como os últimos, pelos habitantes mais próximos, enquadrando muros, entradas e frentes de rua.

A linguagem, escala e desenho dos espaços públicos deverá harmonizar-se com o seu entorno promovendo a intervenção dos próprios moradores, o que dignifica o Bairro atribuindo-lhe uma linguagem e identidade próprias.

Por último, nas áreas mais remotas ou amplas, deverão ser desenhados e intervencionados espaços de contemplação e enquadramento, pontuados ou compostos por árvores. Proceder-se-á à plantação de herbáceas de pouca manutenção e aspecto contínuo, de acordo com o conceito de prado biodiverso de sequeiro¹⁵, enquanto alternativa sustentável aos relvados tradicionais.

¹⁵ Conceito usado por Gonçalo Ribeiro Telles no seu Corredor verde de Lisboa. Fonte:
<http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/corredor-verde-une-parque-eduardo-vii-a-monsanto>

Segunda fase

Concluída com boa execução a primeira fase, proceder-se-á ao investimento nas intervenções da segunda fase. Estas intervenções visam qualificar a imagem do bairro e introduzir significativas melhorias na relação com a cidade envolvente.

Qualificação das casas existentes

Nesta segunda fase, considera-se prioritário o lançamento de candidaturas, por iniciativa particular, dos habitantes, ou por iniciativa da Junta de freguesia ou do município, para realização de obras de qualificação e melhoramento de casas, de idosos, ou pessoas com menores recursos, no quadro de programas como a Acupuntura Urbana, projecto do PLH, ou mesmo do Programa Especial de Realojamento.

As obras visam requalificar as habitações de má qualidade construtiva ou de idade avançada, ou nos piores casos, ambas as situações. A má execução e manutenção das coberturas instiga problemas de infiltrações, humidades, e de conforto térmico sendo este praticamente inexistente e prejudicial à saúde dos idosos. Muitas paredes exteriores das casas têm somente uma fiada de tijolos, não muito larga e estrutura em betão armado, facilitando a existência de pontes térmicas e criando um ambiente quente e seco, no interior dos fogos.

Eliminação de anexos

Outra intervenção visa combater o excesso, quer em quantidade quer em área, de anexos. Construídos de forma efémera, por adição ao fogo, os anexos ocupam muitas vezes 90% do lote, não respeitando afastamento a outros fogos. Propõe-se a sua remoção salvo dos que detêm qualidade construtiva, ou respondem a necessidade habitacional.

Plantação de árvores

Propor-se-á também à municipalidade a plantação de mais árvores no seguimento da 2ª Circular, com vista a formarem uma barreira contra a poluição sonora, ambiental, e visual; propõe-se a plantação de choupos negros, como em outros bairros e locais da 2ª Circular (ex. Telheiras e Benfica), árvore de rápido crescimento, adequada à tarefa. A manutenção, já existente, de espaços verdes, nas áreas limites do bairro, deverá ser aplicada á totalidade do mesmo, já que existe uma grande variedade de árvores de grande porte, oliveiras, pinheiros mansos e árvores-da-borracha, que configuram uma zona florestal a interligar-se à Mata de Alvalade, perfazendo em conjunto com os espaços envolventes da 2ª Circular, um cinturão verde de toda essa zona, tal como já foi proposto.

Criação de parque urbano na vertente sul do Pote de Água

Este cinturão verde será fortalecido com a qualificação de toda a vertente da zona do Pote de Água, voltada a sul, como parque urbano. Esta intervenção vai na linha das anteriores propostas para aquela zona da cidade, e permite dotar os dois Bairros de um amplo espaço público qualificado. Aplicando o mesmo método de intervenção referido anteriormente, estes espaços verdes seriam de baixa

manutenção, particularmente com a consolidação e multiplicação das zonas de hortas urbanas, nos extremos nascente e poente da zona do Pote de Água.

Qualificação da estação de serviço da 2ª Circular

Propõe-se ainda a qualificação do acesso à estação de serviço, no extremo poente da área de intervenção, cujo restaurante de comida rápida, é de grande atracção para os habitantes do bairro, bem como dos alunos de uma Escola nas proximidades: para proteger os seus próprios clientes propõe-se a realização de um acesso do restaurante até à rua Jorge Colaço, um pequeno lanço de escadas e uma passadeira. Também a fachada de rua da estação, juntamente com o muro pertencente ao LNEC deverão ser requalificados, sendo removido o lixo e detritos presentes, requalificados muros e vedações, bem como a via em cubos de basalto, com vista a dignificar a rua Jorge Colaço, a envolvente ao palácio da Qta. Do Alto, e futuras intervenções no local.

3º fase

A terceira e última fase seria mais convencional, e constitui a intervenção mais pesada. A realização das propostas anteriores, repartidas ao longo dos anos, terão contribuído para a melhoria da qualidade de vida e inserção do Bairro na cidade, o que abre a possibilidade da reconversão da área mais problemática e simultaneamente de maior potencial e carácter dinamizador, a área industrial e de estaleiros na zona do Pote de água.

Renovação da zona de actividades económicas

A manutenção dos postos de trabalho e actividades económicas, potenciando a economia local deverá ser protegida, mas pretende-se solucionar a imensa precariedade em que as actividades se encontram a operar. Opondo-se à grande maioria de edifícios precários, recintos ruinosos, ou habitações informais, existe um conjunto de edifícios cuja qualidade de construção, manutenção e desenho, possibilita uma manutenção viável. Este conjunto existente a manter constituirá o núcleo inicial a partir do qual se desenhará uma nova área industrial, com separação de parcelas, distanciamentos entre edifícios e acessos qualificados de entrada e saída no Pote de Água, através da estrada da Portela.

Relocalização e realojamento da população in situ

A demolição de armazéns e reconstrução de uma nova área industrial, tendo em conta as preocupações de distanciamento à 2ª Circular, implicam a relocalização da população presente no pequeno conjunto habitacional a poente, contando com 19 habitações mais formais, bem como a realojamento de cerca de 20 habitantes, alguns sozinhos e isolados, a viver actualmente entre os armazéns, ou indústrias menores. A relocalização destes habitantes operar-se-á no interior do bairro, mantendo assim as relações de vizinhança e consolidando simultaneamente zonas mais fragmentadas, justificando a manutenção de um espaço urbano mais densificado, quer construtivamente, quer habitacionalmente.

Melhoramento da rede viária

O processo de demolição desenvolver-se-á de forma selectiva, de forma a resolver a remoção de detritos da zona de demolição e reaproveitando materiais na construção de novas vias e fundações nas novas zonas de construção dentro do bairro. As vias serão estrategicamente dispostas de modo a fortalecerem zonas de fraca identidade e com problemas de segurança e inclusão dentro do Bairro; a construção ao redor das infra-estruturas existentes justifica a sua existência e manutenção.

Novas tipologias habitacionais

Dada a heterogeneidade de agregados familiares deslocados, propor-se-ão novas tipologias habitacionais capazes de permitir modificações, personalizações e a evolução da própria tipologia. As construções serão ligeiras e simples de construir, mais uma vez sugerindo mão-de-obra local na sua construção.

Propõe-se casas de piso térreo, sendo a laje aligeirada colmatada com uma cobertura em painéis sanduíche. Permitir-se-á a tipologia evolutiva, através das escadas, no único vão da laje aligeirada e prosseguindo com as armaduras terminadas ao nível da laje, aproveitando a mesma cobertura alguns 2m acima da sua inicial posição. Deste modo a fachada da frente e a tardo de este segundo piso serão em mansardas e as duas empenas serão edificadas como o piso inferior. O pé direito será regulamentar na totalidade do novo piso criado, sendo este pouco menor em área que o piso térreo.

Assim providenciar-se-ão tipologias T0 que podem evoluir para T2, tipologias T1 para um T4 relativamente pequeno, ou ainda tipologias T2 até à tipologia máxima de um T6. Todas as tipologias serão geminadas, de forma a possibilitar janelas nas casas de banho. Por outro lado se a economia de custos obriga a uma tipologia mínima, destinada à realocação dos indivíduos com menos recursos, poder-se-ão agrupar tipologias em banda e inclusivamente em 2 pisos, com pouca área de lote disponível a cada um, o que faria de uma construção de custo controlado uma habitação social muito económica.

Novos materiais, como tijolos isotérmicos permitem paredes exteriores de uma só fiada e a manutenção de uma caixa-de-ar contínua, e logo a garantia de algum conforto térmico. A inclusão de pilares no interior das paredes exteriores evita pontes térmicas ao mesmo tempo que facilita prumadas e cofragens de modo a erigir pilares e uma laje aligeirada que será facilmente construída mesmo com poucos trabalhadores ou equipamento.

O desenho das tipologias deverá permitir adicionar sistemas de aquecimento de águas domésticas por via de painéis solares térmicos, integrando-os no desenho dos fogos, e facilitando a sua instalação. Providenciar-se-á também ao aproveitamento das águas pluviais através da instalação de caldeiras e depósitos, algo que é já feito de modo informal, de modo a reutilizá-las na rega dos espaços de lazer e produção.

Qualificação e reconversão do Palácio da Qta do Alto

Propõe-se manter a memória do local, privilegiando equipamentos únicos existentes no local. Refere-se em concreto a requalificação do Palácio da Qta. do Alto, que presentemente se encontra

ocupado em parte por um estaleiro de materiais de construção, por alguma habitação informal, e nas suas imediações por outra empresa de construção civil.

Para a sua reconversão funcional, propõe-se um serviço de potencialização e atracção para a zona, como um lar de idosos, ou um jardim-de-infância. Este relacionar-se-ia com o parque urbano que o envolveria, bem como com o seu original acesso que desemboca na Rua Jorge Colaço, qualificando mais uma vez o espaço público e dotando a zona mais problemática da totalidade da área de uma nova imagem, digna e atractiva.

Conclusão:

Este trabalho procurou ser um compromisso entre o que as normas urbanísticas ditam e o que as condições no terreno e a situação económica do país requerem. Para fundamentar as opções de projecto, recorreu-se a uma pesquisa das teorias urbanísticas de casos de referência recentes e procedeu-se a um reconhecimento atento do território. Entre as teorias e conceitos pesquisados na revisão da literatura, revelaram particular interesse no desenvolvimento do projecto.

O conceito de Cidade Jardim salientou as preocupações a ter em conta no diálogo entre usos, como a habitação e indústria, recorrendo aos espaços verdes, enquanto filtro, e enquanto equipamento; ou da separação de vias de acesso aos diferentes usos.

A noção anterior foi aprofundada por reflexões mais recentes, presentes nas Críticas à Cidade Moderna e nos Novos Princípios do Urbanismo, que entrevêem na diversidade de usos e actividades, benefícios e atracção da zona em questão, para investimento, novas actividades, ou habitantes e utilizadores dos espaços públicos. Estas abordagens levaram a interligar os três equipamentos, parque urbano, equipamento social, e parque de bicicletas, num cinturão verde contínuo, público, e de relação directa com os dois bairros existentes, bem como com os principais espaços públicos limítrofes.

A contribuição da teoria referente à Cidade Moderna foi também retirada das críticas feitas à mesma, onde os valores de homogeneidade visual, nem sempre se traduziram em benefícios tangíveis, para o conjunto urbano, ou os seus habitantes. Assim sendo os diferentes usos e espaços, foram desenhados de modo proporcional e cooperante, sendo que a relação entre as três valências da zona se praticam através de percursos pedonais enquadrados por espaços verdes, sendo também assim que toda a zona se relaciona com a envolvente, preservando as suas qualidades de unidade e separação, mas adicionando-lhe novas possibilidades, face à acessibilidade intermodal. Também a excessiva relevância dada ao automóvel, suas vias e separação do peão foram preteridas, em favor de um sistema viário mais local, residencial, e misto, um espaço que pudesse ser partilhado quer por automóveis, quer por modos de locomoção leve.

Por último deveu-se ao conceito de Acupuntura Urbana, conhecido e explorado aquando do desenvolvimento do trabalho prático, bem como da pesquisa relacionada com os casos de referência, os pormenores desenvolvidos no projecto final. O conceito de acupuntura é visível na delineação de cada fase do projecto na sua base gráfica, resultando em diferentes áreas não intervencionadas nem modificadas sob nenhuma aspecto numa fase, mas trabalhadas e desenvolvidas noutra, sendo que existem alguns espaços que, apesar de pertencerem à zona de estudo, e apesar de serem levadas em conta, nunca contaram entre o trabalho produzido; como o sejam zonas de produção e lazer, ou espaços de enquadramento a infra estruturas, ou edifícios e lotes cuja qualidade não necessita de modificação.

Nos casos de estudo foram pesquisadas intervenções e ideologias em locais semelhantes, ou de problemática semelhante, à do caso de estudo, retirando delas, e dos factos encontrados, algumas características construtivas das tipologias de habitação do novo Bairro das Calvanas; a localização e multiplicidade de oportunidades de equipamentos públicos, de carácter social, como no Bairro do Fim o Mundo ou da Cova do Vapor; da possibilidade de legalização de habitações autoconstruídas, no Bairro PRODAC, ou das diversas abordagens à problemática mais severa referente ao bairro informal das Terras do Lelo Martins.

A reflexão sobre estas teorias e estes casos de referência nortearam o desenho do projecto. Este requereu também um conhecimento aprofundado do terreno. Para isso procedeu-se a uma análise cartográfica e a um trabalho de campo, incluindo um primeiro reconhecimento sensitivo e depois um levantamento exaustivo com preenchimento de fichas de edificado e do espaço público e diálogo com os moradores. A análise destes dados permitiu um conhecimento do lugar que se sintetizou num diagnóstico SWOT, a partir do qual se definiram princípios, objectivos e cenários de intervenção. Como primeiro objectivo pretendia-se desenvolver um projecto que melhorasse a condição da população existente, aproveitando as infra-estruturas e investimentos feitos no local, pela autarquia, pelos habitantes ou pelos privados. Deste modo valorizaram-se estes investimentos, mantendo-os sempre que isso não punha em causa a qualidade do bairro no seu conjunto.

O resultado final foi diferente do esperado. Inicialmente previa-se apenas a demolição das habitações informais ou degradadas, mas o desenvolvimento do projecto levou a propor-se a demolição também de algumas habitações em melhores condições, contíguas aos armazéns da zona do Pote de Água, ou muito próximas da 2ª Circular. Propôs-se uma demolição destas habitações e realocização no local dos seus habitantes propondo-se tipologias novas, na zona do Bairro mais homogénea, densificando e colmatando zonas mais isoladas e fragilizadas pela falta de habitantes. No referente aos armazéns, empresas e indústrias, puderam ser aproveitados 4 conjuntos de edificado cujas características se poderiam coadunar com uma reabilitação profunda da zona, minimizando o impacto e investimento que uma demolição e reconstruções totais perfariam nesse caso.

Os projectos de nova habitação e equipamentos, além de pequenos, em dimensão e impacto, integram-se com o existente, situados em locais centralizados para servir o maior número de população possível, validando a sua execução; os espaços livres filtram e relacionam as três principais valências da zona proposta renovada: o Bairro S. João de Brito consolidado; o polígono industrial de pequena dimensão e densidade construtiva, e o equipamento ao serviço de toda a freguesia, instalado no palácio requalificado. Os espaços livres, verdes, foram integrados, na proposta, na rede ecológica municipal, relacionando-se com os espaços de enquadramento às avenidas limítrofes, e à Mata de Alvalade e propondo-se a sua utilização enquanto equipamentos desportivos e lúdicos, como desejado localmente.

Devido ao longo processo de levantamento e análise do Bairro estabeleceu-se neste trabalho uma posição de valorização do investimento, não só monetário, por parte dos seus habitantes, que

mesmo na situação incerta do seu lar, procederam a melhoramentos, quer do espaço privado, quer público. Assim sendo, interroga-se se de facto o bairro fosse intervencionado, e o seu futuro assegurado, não continuariam, e seriam somados, os habitantes a valorizar e investir na qualificação do seu Bairro.

Bibliografia geral:

Ascher, François. Novos princípios do urbanismo – novos compromissos urbanos, um léxico 3ª Ed., Livros Horizonte, 2012. 174 Pg. ISBN: 978-972-24-1670-2

Baptista, José Filipe dos Santos. Densidade e forma urbana. A densidade enquanto factor potenciador de urbanidade. Lisboa, FA, 2011. Tese de Mestrado.

Bell, Paul A & Greene, Thomas C. & Fisher, Jeffrey D. & Baum, Andrew. Environmental Psychology, 5ª Ed., Thomson Learning, inc., Wadsworth, USA, 2001. 515 Pg. ISBN: 0-15-508064-4

Bourdin, Alain. O urbanismo depois da crise, Livros Horizonte, Lisboa, 2011. 115 Pg. ISBN: 978-972-24-1706-8

Brandão, Pedro & Remesar, Antoni. Design Urbano Inclusivo: Uma experiência de Projecto em Marvila – Fragmentos e Nexos. Lisboa, Centro Português de Design, 2004. 224 Pg. ISBN: 972-9445-28-1.

Brandão, Pedro & Remesar, Antoni. Design de espaço público: deslocação e proximidade. Lisboa, Centro Português de Design, 2003. 110 Pg. ISBN: 972-9445-20-6.

Brandão, Pedro coord. & Carrelo, Miguel & Águas, Sofia. O chão da cidade. Guia de Avaliação do Espaço Público. Lisboa, Centro Português de Design, 2003. 199Pg. ISBN: 972-9445-19-2.

Cabral, Paula & João Monteiro, Maria. Áreas Urbanas de Génese Ilegal: projectos para a legalização de um sonho (actas da conferência). Edição: Câmara Municipal de Cascais / Departamento de Requalificação Urbana, 2009. 269 Pg. ISBN: 978-972-637-239-4

Câmara Municipal De Lisboa, Departamento Municipal de Planeamento Urbanístico, Julho de 2005 Lisboa: o desafio da mobilidade. Lisboa

Choay, Françoise. L'urbanisme, utopies et réalités: Une anthologie. Editions du Seuil, 1965. 445 Pg. ISBN: 2-02-005328-4.

Howard, Ebenezer. Garden cities of To-Morrow. The MIT Press. Faber and Faber Ltd.. 1965. 168 Pg. LCCN: 65-10521.

Jacobs, Jane. The Death and Life of Great American Cities. Vintage Books Edition, New York, 1992. 474 Pg. ISBN 0-679-74195-x

Lamas, José. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 2ª Edição Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 590 Pg. ISBN: 972-31-0903-4

Lang, Jon. Urban Design: A typology of Procedures and Products. Oxford, Elsevier/Architectural Press, 2005. 421Pg. ISBN: 0-7506-6628-5.

Lourenço, Cristina Isabel Campos. Optimização de sistemas de demolição - demolição selectiva. Lisboa, IST, 2007. Tese de Licenciatura.

Macedo, Filipe Humberto Torres Mesquita Borges de. Out of the box. A Arquitectura participativa de Filipe Balestra. Lisboa, FAUTL, Setembro, 2011. Artigo científico.

Mumford, Lewis. The Culture of Cities. New York, Harcourt Brace & Company, Jovanovich, 1970. 586 Pg. ISBN: 0-15-623301-0.

CCDR-LVT, Novembro de 2010. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

Presidência Do Conselho De Ministros Diário Da República, 27 de Outubro de 1998. Diário Da República N.º 248 I Série-B, Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, no município de Lisboa.

Raposo, Isabel (2012) "Bairros de génese ilegal : metamorfoses dos modelos de intervenção", in Mendes et al (org.) *A cidade entre bairros*, Lisboa, Caleidoscópio, pp. 107-109.

Raposo, Isabel (2010) "Reconversão de Territórios de Génese Ilegal na Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML)" in L. Bógus, S. Pasternak e I. Raposo (org) *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Brasil-Portugal*, Editora da PUC-SP, São Paulo, pp. 81-122.

Roseta, Helena & Craveiro, Maria Teresa. O PLH em Acção: Programa Local de Habitação de Lisboa. Relatório da 3ª fase: concretizar. 29 Março de 2012.

Zimmermann, Astrid. Constructing landscape: Materials, techniques, structural components. Birkhäuser verlag GmbH, CH-4002 Basel, Switzerland. 2011. 533 Pg. ISBN: 978-3-0346.0720-9.

Publicações periódicas:

Future, Arquitecturas, Publicação nº19 e 20, Re-Invent Infrastructures, Edição future arquitectura s.l., Madrid, 2009

Jornal dos arquitectos, nº225, Infra-estrutura, Eds. Monteiro, Pedro Cortesão & Vilhena, Joana, Caleidoscópio, Casal Cambrã, Lisboa, Outubro-Dezembro 2006. ISSN: 0870-1504

Jornal dos arquitectos, nº226, Ilegal, Eds. Monteiro, Pedro Cortesão & Vilhena, Joana, Caleidoscópio, Casal Cambrã, Lisboa, Janeiro-Março 2007. 112 Pg. ISSN: 0870-1504

Jornal dos arquitectos, nº228, Público, Eds. Monteiro, Pedro Cortesão & Vilhena, Joana, Caleidoscópio, Casal Cambrã, Lisboa, Junho-Setembro 2007. ISSN: 0870-1504.

Jornal dos arquitectos, nº231, Cidade, Eds. Monteiro, Pedro Cortesão & Vilhena, Joana, Caleidoscópio, Casal Cambrã, Lisboa, Abril-Junho 2008. ISSN: 0870-1504.

Jornal dos arquitectos, nº247, Combate, Eds. André Tavares, Diogo Seixas Lopes, Norprint, Travessa do Carvalho, Lisboa, Maio-Agosto 2013. ISSN: 0870-1504.

Arq./a, nº47/48, Vazios Urbanos, Julho-Agosto 2007. ICS: 124055

Web:

Sobre normativa:

- <http://www.adurbem.pt/>

- <http://www.dgotdu.pt/>

- <http://www.ulisses.pt/>

Geral:

- <http://www.ateliermob.pt/>
- <http://www.bing.com/maps/>
- <http://www.cm-lisboa.pt/>
- <http://www.cml.pt/>
- <http://www.estradasdeportugal.pt/>
- <https://www.facebook.com/pages/TISA-The-Informal-School-of-Architecture/>
- <http://www.censos.ine.pt/>
- <http://www.habitacao.cm-lisboa.pt/>
- <http://www.lisboasos.blogspot.pt/>
- <http://www.pensarlisboa.com/>
- <http://www.publico.pt/>
- <http://mapas.ine.pt/>
- <http://www.saal-memorias.blogspot.pt/>
- <http://www.ub.edu/web/ub/ca/>
- <http://www.viveraltadelisboa.blogspot.pt/>
- <http://www.viverlisboa.org/>

Anexos

- . Fotos de levantamento
- . Fotos de maquetas
- . Peças gráficas